



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS – BACHARELADO

Layra Fatima Nehls

**Um olhar sobre o Interpretete de Libras, o Aluno Surdo e o
Professor no Contexto da Sala de Aula Inclusiva**

Joinville

2018

Layra Fatima Nehls

Um olhar sobre o Interprete de Libras, o Aluno Surdo e o Professor no Contexto da Sala de Aula Inclusiva

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

Professor Orientador: Dr. Deonísio Schmitt

Joinville

2018

"Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente. Não sou. Sou surda. Para mim, a língua de sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada me falta. É a sociedade que me torna excepcional". O vôo da gaiivota.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao senhor Deus, a quem devo tudo, a começar pela vida, a ele dou graça especialmente pela dádiva do conhecimento e da ciência, que nos torna hábeis na arte de educar.

Aos meus pais, que sempre lutaram para que eu pudesse ter acesso a uma formação acadêmica, em especial minha mãe que sempre esteve presente na minha vida, pelo seu amor incondicional, seus conselhos e toda dedicação.

Agradeço a Professora Mestre Laura, incentivadora, me tranquilizou e com toda sua serenidade e organização possibilitou que essa pesquisa fosse concluída, vendo em mim a potencialidade que nem eu mesma enxergava dentro de mim.

RESUMO

O presente trabalho relata os aspectos relacionados sobre como acontece o processo de interação entre o Tradutor/Intérprete de Libras, o aluno Surdo e o Professor no decorrer das aulas, na transferência de conteúdos científicos, auxiliando na aprendizagem dos alunos Surdos, a fim de se verificar o processo de inclusão dos alunos surdos no ensino regular, foram realizadas entrevistas com os alunos Surdos, alunos Ouvintes e Professores Regentes seguidas de observações da interação os envolvidos no ambiente da sala de aula, entender melhor o processo de escolarização dos alunos surdos, dentro de uma perspectiva bilíngue. Alunos Surdos inseridos nas salas de aula do ensino regular, trás consigo, a presença do Tradutor/Intérprete de Libras em sala de aula, que é um profissional indispensável para a mediação do seu processo de ensino e aprendizagem sobre os conteúdos apresentados pelos professores regentes, bem como, para seu efetivo desenvolvimento, no qual esse aprendizado é assegurado igual aos demais alunos da sala de aula. Então esse processo de mediação dos conteúdos científicos necessita de uma relação de parceria entre professor regente, tradutor/intérprete de Libras e o aluno Surdo. A partir de experiências vividas enquanto interprete de Libras em sala de aula, já aconteceram várias situações de confusão sobre a função, ou seja, o papel do interprete de Libras, que tronaram o ambiente de cheio de ranços entre os envolvidos na sala de aula. Sendo assim essa pesquisa poderá ajudar a esclarecer esses mal entendidos sobre a verdadeira função do interprete de Libras no ensino regular. A problemática desta pesquisa está vinculada em detectar como é estabelecida a posição entre o professor e o Tradutor/Intérprete de Libras para que seja adequada em sala de aula, e possa favorecer o processo de ensino aprendizagem do aluno Surdo e sua permanência na escola. Através dos escritos de autores tais como: BRITO (1993), FERNANDES (1990; 2003) E PERRENOUD (2000), podemos considerar que o uso da LIBRAS no ambiente escolar, proporcione uma pedagogia diferenciada que se faz necessária, principalmente com a estimulação visual para melhor interpretação do contexto nas disciplinas no ambiente escolar e social e simultaneamente o uso da língua brasileira de Sinais. Esta pesquisa será dentro do aspecto qualitativo e quantitativo, para obter informações por intermédio dos professores do ensino regular, verificando quais as ações para o uso da língua de sinais com qualidade e proficiência pelos intérpretes de LIBRAS em sala de aula, bem como, indicar as estratégias utilizadas pelo professor e Tradutor/Intérprete de Libras no contexto educacional, como mediadores do conhecimento em sala de aula e suas possibilidades de trabalho em parceria. A coleta de dados dá-se por meio da observação de uma escola da rede estadual de educação de Santa Catarina, da cidade de Joinville, em uma turma de quarenta alunos ouvintes do ensino fundamental, em que ha um aluno surdo e um intérprete de Libras atuando. Para analisar as propostas pedagógicas e as estratégias metodológicas, desenvolvidas pelos professores e Intérprete de Língua de Sinais, a fim de se verificar o processo de inclusão dos alunos surdos no ensino regular, foram realizadas entrevistas com os três alunos Surdos, três alunos Ouvintes e três Professores Regentes seguidas de observações da interação os envolvidos no ambiente da sala de aula, entender melhor o processo de escolarização dos alunos surdos, dentro de uma perspectiva bilíngue.

Palavras-chave: Interprete de Libras, Língua de Sinais, Inclusão

RESUMO

Resumo em Língua Brasileira de Sinais disponível para visualização em

<https://www.youtube.com/watch?v=d617aQJ6418&feature=YouTube.be>

ABSTRACT

The present work reports the aspects related to how the process of interaction between the Translator / Interpreter of Libras, the Deaf student and the Teacher during the lessons, the transfer of scientific content, and the learning of the Deaf students, in order to verify the process of inclusion of deaf students in regular education, interviews were conducted with the Deaf students, listening students and Regent Teachers followed by observations of the interaction involved in the classroom environment, to better understand the deaf students' schooling process, within from a bilingual perspective. Deaf students inserted in the classrooms of the regular education, with him, the presence of the Translator / Interpreter of Libras in the classroom, who is an indispensable professional for the mediation of his teaching and learning process on the contents presented by the teachers regents, as well as for its effective development, in which this learning is ensured the same as the other students in the classroom. So this process of mediation of scientific content requires a partnership relationship between teacher regent, translator / interpreter of Libras and the Deaf student. From experiences lived as interpreter of Libras in the classroom, there have already been several situations of confusion about the function, that is, the role of the interpreter of Libras, which thundered the environment full of rancidness among those involved in the classroom. Therefore, this research may help to clarify these misunderstandings about the true role of the interpreter of Libras in regular education. The problem of this research is linked in detecting how the position between the teacher and the Translator / Interpreter of Pounds is established so that it is adequate in the classroom and can favor the process of teaching the student Deaf students and their stay in school. Through the writings of authors such as BRITO (1993), FERNANDES (1990; 2003) and PERRENOUD (2000), we can consider that the use of LIBRAS in the school environment, provides a differentiated pedagogy that is necessary, mainly with visual stimulation for better interpretation of the context in the disciplines in the school and social environment and simultaneously the use of the Brazilian language of Signals. This research will be qualitative and quantitative, to obtain information through the teachers of the regular education, verifying the actions for the use of the sign language with quality and proficiency by the interpreters of LIBRAS in the classroom, as well as indicate the strategies used by the teacher and Translator / Interpreter of Libras in the educational context, as mediators of knowledge in the classroom and their possibilities of working in partnership. Data collection is done through the observation of a school in the state education network of Santa Catarina, in the city of Joinville, in a class of forty elementary school students, in which there is a deaf student and an interpreter of Pounds acting. In order to analyze the pedagogical proposals and the methodological strategies developed by the teachers and the Sign Language Interpreter, in order to verify the process of inclusion of deaf students in regular education, interviews were conducted with the three deaf students, three listening students and three Regent teachers followed by observations of the interaction involved in the classroom environment, better understand the process of schooling of deaf students, from a bilingual perspective.

Keywords: Interpretation of Pounds, Sign Language, Inclusion

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Necessidade de adaptações.....	43
Tabela 2	Dificuldades em seu processo de escolarização.....	43
Tabela 3	Relação como interprete de Libras que atua em sala de aula.....	43
Tabela 4	Você conhece e sabe usar a libras? Aprendeu onde ou com quem.....	39
Tabela 5	O que acha sobre a presença do interprete de Libras na sua sala de aula.....	39
Tabela 6	Quais as dificuldades que percebe que seu amigo Surdo tem na sala de aula.....	46
Tabela 7	Dificuldades para aprender o que é ensinado em sala da aula juntos com os alunos ouvintes.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico N° 1	Qual seu domínio das condições linguísticas de seus alunos surdos?.....	39
Gráfico N° 2	Você se sente preparado para trabalhar didaticamente com alunos surdos? Existe a necessidade de alguma adaptação curricular para os alunos surdos?.....	40
Gráfico N° 3	Qual a posição da Direção da Escola em relação à presença do interprete de Libras na escola? Existe apoio para você e o intérprete de Libras em sala de aula?.....	43
Gráfico N° 4	A presença do intérprete interfere nas aulas?.....	43
Gráfico N° 5	Você participa das atividades propostas pelos professores, tendo os alunos surdos em seus grupos de trabalho, apresentações, seminários?.....	45
Gráfico N° 6	O apoio do intérprete de libras, nas aulas, atinge as suas expectativas no seu processo de escolarização?.....	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. 1. REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	12
1.1 Filosofias Educacionais para Surdos na Historia.....	14
1.1.1 Oralismo.....	14
1.1.2 Comunicação total.....	16
1.1.3 Bilinguismo.....	19
1.2 Educação Inclusiva para Alunos Surdos.....	23
1.3 Reflexões Sobre a Inclusão do Aluno Surdo no Ensino Regular.....	25
..	
2 2. UM OLHAR SOBRE A SALA DE AULA INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR.....	27
2.1 O Interprete de Libras e o Processo de Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Regular.....	31
2.2 A Inserção do Profissional Tradutor/Interprete em Sala de Aula.....	34
2.3 O Profissional Tradutor/Interprete de Libras e suas Funções em Sala de Aula.....	35
2.4 O Professor do Ensino Regular Frente a Sala de Aula inclusiva.....	37
3 3. A PESQUISA.....	39
a) Abordagem de pesquisa, natureza da pesquisa e tipo de pesquisa.....	40
b) Coleta de dados.....	40
c) A análise e interpretação dos dados.....	40
4 4. ANÁLISE DOS DADOS.....	41
4.1 Discussão e Resultados da Pesquisa.....	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS,.....	56

INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata os aspectos relacionados sobre como acontece o processo de interação entre o Tradutor/Intérprete de Libras, o aluno Surdo e o Professor no decorrer das aulas, na transferência de conteúdos científicos, auxiliando na aprendizagem dos alunos Surdos.

No percurso como profissional tradutor/interprete de Libras, sempre me deparei com diversas situações constrangedoras, tais como os professores solicitarem que eu sentasse direito para poder começar a aula; ou se já em professor na sala o horário deve estar errado; ou se você já é professor do aluno surdo porque vocês não tem uma sala só para vocês? Entre outra. Pensando nessas minhas situações, achei por bem investigar se outra interprete, de outra escola passa pelas mesmas situações que a minha e descobrir que infelizmente sim, as desinformações a respeito dessa profissão ainda são imensas, apesar de tantas informações e pesquisas já lançadas no ambiente educacional.

A fim de se verificar o processo de inclusão dos alunos surdos no ensino regular, foram realizadas entrevistas com os alunos Surdos, alunos Ouvintes e Professores Regentes seguidas de observações da interação os envolvidos no ambiente da sala de aula, entender melhor o processo de escolarização dos alunos surdos, dentro de uma perspectiva da sala de aula inclusiva.

A problemática desta pesquisa está vinculada em detectar como é estabelecida a posição entre o professor e o Tradutor/Intérprete de Libras para que seja adequada em sala de aula inclusiva, e possa favorecer o processo de ensino aprendizagem do aluno Surdo e sua permanência na escola.

Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo identificar as estratégias utilizadas pelo professor e Tradutor/Intérprete de Libras no contexto educacional, como mediadores do conhecimento em sala de aula e suas possibilidades de trabalho em parceria para atender os alunos Surdos na rede regular de ensino apontando para a possibilidade da efetivação do uso constante da Língua de Sinais no contexto escolar.

A inclusão dos alunos Surdos no ensino regular vem sendo abordada a partir de diferentes perspectivas, dentre elas os direitos da pessoa com deficiência e o exercício da cidadania, a exposição à língua de sinais ou ao português e a modalidade de ensino. Porém, ainda há pouca discussão sobre a implementação da inclusão escolar, em especial sobre a percepção dos professores envolvidos nesse processo.

A proposta do ensino pela Língua de Sinais para a educação de Surdos surgiu na década de 80, teoricamente defendendo o aprendizado da Língua sinalizada que deve anteceder ao da Língua oral. Ao se pensar em proposta de educação de Surdos, entende-se a Língua sinalizada legalmente reconhecida como Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, a língua materna dos Surdos Brasileiros, por ser uma língua viso-espacial ter suas características, próprias linguisticamente falando. A LIBRAS é reconhecida como a primeira Língua – L1 e o Português como segunda Língua – L2 para os Surdos.

A rapidez com que acontecem as transformações socioculturais do mundo causa constante reestruturação nas organizações do pensamento humano e revelam uma nova maneira de relacionar-se, possibilitando a aquisição do conhecimento e de compreensão do pensamento com a utilização da Língua Brasileira de Sinais. A proposta de educação para os alunos Surdos tem como objetivo educacional tornar presentes as duas línguas (língua de sinais e língua portuguesa escrita) no contexto escolar, sendo assim, do mesmo modo que os alunos ouvintes aprendem a falar, os alunos surdos expostos à língua de sinais aprendem sinalizar e poderá desenvolver-se em seus aspectos cognitivos e linguísticos, de acordo com sua capacidade.

1. REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

No passado, os surdos eram considerados incapazes de serem ensinados, por isso eles não frequentavam escolas. As pessoas surdas, principalmente as que não falavam, eram excluídas da sociedade, sendo proibidas de casar, possuir ou herdar bens e viver como as demais pessoas. Assim, privadas de seus direitos básicos, ficavam com a própria sobrevivência comprometida.

Na Antiguidade chinesa, os surdos eram lançados ao mar. Os gauleses os sacrificavam aos deuses Teutates por ocasião da Festa do Agárico. Em Esparta, os surdos eram jogados do alto dos rochedos e, em Atenas, eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos.

Os gregos, como também os romanos, consideravam os surdos privados de toda possibilidade de desenvolvimento intelectual e moral. Essa situação só iria se modificar quando começam a distinguir os graus de deficiência auditiva; mas o que nascia surdo não poderia ser educado, sendo comparado aos idiotas, absolutamente incapaz para a prática de atos da vida jurídica.

Na Espanha do século XVI que encontramos os primeiros educadores de surdos.

O primeiro desses professores foi Ponce de Leon (1520-1584). Infelizmente temos poucos dados sobre os seus métodos de educação, já que a tradição na época era de guardar segredo sobre os métodos educativos utilizados.

O primeiro educador para os surdos foi Cardomo. A partir daí os educadores foram criando formas diferentes para ensinar os surdos, alguns se baseavam na língua oral, outros defendiam a Língua de Sinais. Outros ainda criaram códigos visuais, e ainda no século XVI, o monge Benedito Pedro Ponce de Leon desenvolveu uma metodologia de educação de surdos que incluía datilografia, escrita e oralização e criou também uma escola de professores surdos.

Em 1620, Bonnet publica o primeiro livro sobre educação de surdos, que consiste no aprendizado do alfabeto manual e na importância da intervenção precoce. Ele insistia em que as pessoas envolvidas com uma criança surda fossem capazes de utilizar o alfabeto manual.

Em 1756, Abbé de L'Epeé cria em Paris a primeira escola para surdos com uma filosofia manualista e oralista. Foi a primeira vez na história que os surdos adquiriam o direito a uma língua própria.

Heinicke, na Alemanha, começa as bases da filosofia oralista, em que um grande valor é atribuído à fala.

Nos EUA os grandes representantes da educação de surdos são Edward Miller Gallaudet, como principal representante e inventor do telefone e do audiômetro, representante do método oralista.

No ano de 1880, no Congresso Mundial de Surdos em Milão, que reuniu surdos da Europa e dos EUA, definiu-se uma nova corrente na educação dos surdos: a oralista. A linguagem de sinais, em todas as suas formas, foi então proibida e estigmatizada.

Durante quase 100 anos existiu o então chamado “império oralista”, e foi em 1971, no Congresso Mundial de Surdos em Paris, que a língua de sinais passou a ser novamente valorizada. Nesse congresso foram também discutidos resultados de pesquisas realizadas nos EUA sobre “Comunicação Total”. No ano de 1975, por ocasião do Congresso seguinte, realizado em Washington, já era evidente a conscientização de que um século de oralismo dominante não serviu como solução para a educação de surdos. A constatação de que os surdos eram subeducados com o enfoque oralista puro e de que a aquisição da língua oral deixava muito a desejar, além da realidade inquestionável de que a comunicação gestual nunca deixou de existir entre os surdos, fez com que uma nova época se iniciasse dentro do processo educativo dos surdos. Os trabalhos de Danielle Bouvet, em Paris, publicados em 1981, e as pesquisas realizadas na Suécia e Dinamarca, na mesma época, introduzem o enfoque bilíngue na educação dos indivíduos surdos.

Tanto a história como a filosofia educacional dos surdos inicia seus estudos com o objetivo de relacionar a exposição ao meio social, a linguagem e a qualidade de interações interpessoais ao desenvolvimento cognitivo. Assim, é necessário apresentar uma descrição da história da surdez para contextualizar as práticas educacionais, pois a ideia que as pessoas tinham sobre o surdo no decorrer da história, apresentava apenas aspectos negativos.

Um exemplo disso nos é fornecido por Quadros (1997);

Pensar sobre a surdez requer penetrar no “mundo dos surdos” e “ouvir” as mãos que, com alguns movimentos, nos dizem o que fazer para tornar possível o contato entre os mundos envolvidos, requer conhecer a “língua de sinais”. Permite-se “ouvir” essas mãos, pois somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem “ouvir” o silêncio da palavra “escrita”. (QUADROS, 1997 p.119):

A valorização da língua de sinais para os surdos é uma das questões essenciais, como possibilidade de igualdade de condições de desenvolvimento entre as pessoas. Contudo, o uso dessa língua, apesar de critério básico, não deve ser visto como a solução mágica para a inclusão social dos surdos e para todos os problemas que se apresentam na educação.

1.1 FILOSOFIAS EDUCACIONAIS PARA SURDOS NA HISTORIA

Existem algumas filosofias que foram e ainda são usadas no desenvolvimento e no processo educacional das crianças surdas algumas já extintas no decorrer das décadas, outras em pleno desenvolvimento.

1.1.1 Oralismo

Oralismo é a filosofia educacional que só se preocupa com o ensino da língua oral através de vários métodos, tais como: verbo tonal, leitura labial e outros.

Aqui no Brasil, as pessoas que seguem a filosofia oralista só ensinam a língua portuguesa e geralmente não aceitam a Língua de Sinais.

A integração dos surdos na comunidade de ouvintes restringe-se a língua oral como única forma de comunicação, e é baseado no teórico lingüístico Gerativismo de Noam Chomsky, quando diz que: “Não é possível ensinar a linguagem, mas apenas dar condições para que esta se desenvolva espontaneamente na mente, a seu próprio modo.”(COUTO 1991, p.34).

Com o resíduo auditivo que a maioria dos surdos tem em algumas metodologias, também com base nas vibrações corporais e da leitura orofacial os surdos começam a uma compreensão da fala por último começam a oralizar.

Este trabalho é direcionado a possibilidade aos surdos dominar gradativamente as regras gramaticais. Este processo é demorado quanto mais cedo for iniciado o trabalho melhor serão os resultados.

Para os defensores da oralidade o surdo não pode se utilizar de qualquer comunicação gestual, pois isto pode prejudicar sua oralidade eles não reconhecem que a Língua de Sinais é realmente uma língua e a considera prejudicial para o aprendizado da linguagem oral, no entanto a história da Educação dos Surdos nos mostra que a oralidade não dá conta de todas as necessidades da comunidade surda.

Ao analisar-se a linguagem tem uma grande importância na construção do indivíduo e é ferramenta do pensamento e a forma mais eficaz de transmitir informações e cultura. Perceber-se que aprender a falar para o surdo é muito pouco como para qualquer outra pessoa.

Sá apresenta a seguinte abordagem...

A abordagem educacional oralista é aquela que visa a capacitar a pessoa surda a utilizar a língua da comunidade ouvinte na modalidade oral como única possibilidade linguística, de modo a que seja possível o uso da voz e da leitura labial tanto nas relações sociais como em todo o processo educacional. A língua na modalidade oral é, portanto, meio e fim dos processos educativo e de interação social. (Sá. 1999, p.69).

Aqui se força o surdo a ter a oralidade o mais próximo possível do ouvinte, oralizar praticamente igual, fazem trabalhos Fonoarticulatório e usam aparelhos de amplificação sonora individual (AASI). O oralismo tenta igualar o surdo como ouvinte, a postura oralismo tem uma visão clínica terapêutica.

O surdo na comunidade oralista precisa vencer as dificuldades e assemelhar-se aos ouvintes para então competir na fala, na leitura, na escrita, enfim de igual para igual.

Um dos mitos do oralismo é dizer que os surdos fazem leitura labial.

Na abordagem educacional oralista o processo de aprendizagem se torna mais difícil porque só se aprende palavras isoladas, observa-se que os surdos acabam tendo sua aprendizagem escolar prejudicada, já que precisam ser alfabetizados sem a intermediação de uma linguagem viva, externa ou interna, pois não captam todas as informações faladas. “Surdo oralizados, tem enorme dificuldade em se expressar através da escrita”.

Muitas famílias lutam pelo oralismo, pois querem que seus surdos vençam a deficiência e desfaçam as diferenças. No oralismo o surdo é exposto a uma língua que não é a dele, ou seja, não é a sua língua materna, assim na abordagem educacional oralista nega-se que exista diferença entre

surdo e ouvinte, isto é, tornar o surdo a ser um ser ouvinte, isto é, negar a própria existência de surdez. Portanto o oralismo na educação de surdos refere-se ao ensino da língua da comunidade majoritária em todas as suas modalidades, aliando a questão mais ampla da educação a uma questão exclusivamente linguística.

O uso da língua oral não significa que o surdo vá interagir com os outros e ter uma linguagem oral viva, que propicie uma comunicação sem barreiras espontânea e rica. O grande problema para aprender a linguagem oral é justamente porque ela enfatiza o órgão lesado. Para o surdo, uma língua visual é muito mais acessível, e quando ele tem contato com a Língua de Sinais percebe que esta lhe dá um alcance muito maior para entender o mundo.

Além disso, o surdo cria naturalmente uma linguagem gestual. Muitos autores falam que a Língua de Sinais é limitada, justamente por não ser uma língua. Nenhuma língua é limitada, nem a de sinais, que tem uma gramática própria, uma forma de organizar os elementos e construir novas palavras. O limite é nosso. Os relatos que a lingüista recebe dos alunos surdos dizem da sua identificação com a Língua de Sinais, com a qual podem expressar tudo o que sentem, e facilitar o aprendizado das outras formas de comunicação.

A linguagem oral tem que ser uma forma para eles se comunicarem com o mundo lá fora. Para mim, isto só pode acontecer realmente quando se tem uma língua. É a maneira como eu vou organizar meu pensamento, como eu sonho, como penso. Tudo passa pela língua.

1.1.2 Comunicação total

Comunicação total é a filosofia educacional que procura desenvolver todas as habilidades da comunicação. Tais como: a fala, a audição, os sinais, leitura, escrita e outros recursos.

Bimodalismo é a utilização simultânea das duas modalidades de língua: a oral auditiva e a gestual-visual, misturando as duas línguas e deformando-as.

Aqui a preocupação é a comunicação entre os surdos e surdos e entre os surdos e ouvintes, esta filosofia defende a utilização de recursos espaço-viso-manuais como facilitadores de comunicação.

A comunicação total segue alguns princípios:

- Tanto as pessoas surdas como o ouvinte têm suas diferenças e individualidades;
- Para conseguirmos satisfazer as necessidades educativas e habilidades estes programas deveriam ser efetivos;
- As habilidades serem diferentes para todas as pessoas;
- Quando se lê os lábios é porque até menos de 50% dos sons da fala podem ser observados;

- Não há estudos que comprovem que o surdo não pode desenvolver a oralidade;
- As crianças trazem já de casa sinais que elas próprias inventam para se comunicarem;
- Só a comunicação oral não satisfaz as necessidades das crianças;
- As crianças que conseguem desenvolver a oralidade estarão motivadas e as que não têm esta habilidade desenvolvem outras formas de comunicação;
- A criança que cresce em um ambiente de comunicação total demonstra mais habilidades para comunicar-se.

Cicccone, afirma que:

“Muitas crianças que foram expostas sistematicamente à modalidade oral de uma língua de forma satisfatória, porém no desenvolvimento cognitivo, social e emocional não foram tão bem sucedidas.”(Cicccone 1990, p.40).

A prioridade para a comunicação total é facilitar a comunicação para as pessoas surdas e não o aprendizado de uma língua, sendo que no Brasil a comunicação total utiliza além da língua de sinais, a datilografia ou alfabeto manual e o português sinalizado.

A comunicação total acredita que cabe a sua família decidir qual a forma de educação que seu filho terá, esta demonstra mais eficácia que a oralização, já que levam em consideração o papel fundamental da família e a importância do desenvolvimento infantil.

Observa-se desde início do mundo que as pessoas tentam uma forma para se comunicar onde poderão interagir com o mundo que o cerca. Sabe-se que nossa língua nos nomeia e, portanto nos imprime uma marca, uma identidade. Não é de hoje que as pessoas almejam tecer seus saberes, suas identidades e sua cultura.

Segundo Sá (1990),

A comunicação é uma necessidade premente a ser satisfeita, subentendendo-se uma defesa da utilização de todos os recursos disponíveis para estabelecer um contato efetivo com a pessoa surda que, por seu impedimento sensorial, tem dificuldades comunicativas, daí mais especificamente, a designação “Comunicação Total”. (Sá 1990, p.100),

A alternativa da comunicação total o professor precisa ter contato com a Língua de Sinais, então utiliza várias formas de linguagem para desenvolver seu trabalho como linguagem corporal, escrita, desenho, leitura labial, enfim, faz todo esse trabalho de forma que todas as linguagens se interpenetrem. Refere-se ao uso de práticas bimodais, podendo estar associado ou não ao que se costuma dizer “Português Sinalizado”. Não é só a Língua de Sinais que se faz em sala de aula, pois em muitos momentos, faz-se necessário usar o Português Sinalizado quando o surdo vai fazer uma redação e a Língua Portuguesa exige verbos, sujeito e artigos, cada coisa no seu devido lugar e a Língua de Sinais não têm essas variáveis.

Segundo Brito (1993)

A comunicação total não objetiva que o surdo chegue ao domínio de duas línguas. Ao contrário, o objetivo lingüístico é o aprendizado da língua na modalidade oral, sendo a Língua de Sinais apenas meio para isso. (Brito, 1993 p.55).

Vejo que na comunicação total, ainda o objetivo é aproximar o surdo do modelo ouvinte. Diz que se usam sinais, mas com o mesmo objetivo: a Língua de Sinais como instrumento para chegar ao modelo ouvinte. Não vê o surdo como sujeito que tem sua língua e sua cultura.

Neste sentido cabe citar Goldfeld que afirma:

A filosofia da comunicação total tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes. Esta filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por este motivo, essa filosofia defende a utilização de recursos espaço-visual como facilitadores da comunicação. (GOLDFELD, 1993, p. 35).

A comunicação total propôs-se de início a estabelecer um fluxo comunicativo direto com o surdo através de todos os recursos imaginários possíveis e de fato a comunicação total se reduziu de uma filosofia ampla a uma metodologia estreita, isto é, se utiliza o sistema de linguagem artificial conhecido como português sinalizado.

No entanto, quando se observou que a Língua de Sinais poderia ajudar, houve uma tendência a usar um bimodalismo, criando sistemas artificiais onde se misturavam a estrutura de uma língua com a estrutura de outra língua, então se fazia a sinalização, mas introduzindo artigos e desinências para verbos (coisa que não existe na Língua de Sinais) ou preposições. Então, para um surdo, aquilo parecia a maior redundância e não fazia sentido para a estrutura de língua dele, nem ajudava a entender a estrutura do Português.

Se eu faço a Língua de Sinais e mostro para o surdo que aquela é a estrutura de Língua de Sinais, mas que na língua portuguesa tem isso e isso, fica muito mais fácil comparar as estruturas diferentes e mostrar o porquê, do que fazer uma tentativa de português sinalizado que não dá sentido.

Não se pode é criar um sistema artificial para fazer o surdo entender a outra língua, é preciso usar a própria cognição, a própria estrutura da sua língua para tentar interpretar a outra. Na comunicação total, vem tudo junto: oralismo e sinalização, tudo em ordem. Não dá certo, fica muito confuso. Se os ouvintes falam uma frase numa ordem, os surdos às vezes falam o contrário, ou pelo meio da frase.

A comunicação total não respeita e não dá o devido valor a Língua de Sinais como poderia dar porque desestrutura a língua, acrescentando elementos que não são próprios da língua, desconhecendo que a Língua de Sinais é uma língua completa.

O que precisamos ter em mente é que a língua não serve apenas para se comunicar, serve também como suporte de pensamento, mesmo que você se comunique bem, você precisa ter uma

língua estruturada e coesa para permitir não apenas uma comunicação, uma troca de mensagens, mas permitir também a elaboração de ideias, a organização do próprio pensamento e também servir como meio de expressão.

1.1.3 Bilinguismo

Bilinguismo é o termo usado por uma pessoa que tem duas línguas. O surdo que sabe a Língua de Sinais e o português é “bilíngue”. A escola que ensina as duas línguas tem uma educação bilíngue. O que não é o caso das escolas de ensino regular que tem alunos surdos matriculados, mas o ensino continua sem a língua falada (português) e a presença do Interpretador de Libras e sala de aula, mas as mesmas se dizem bilíngue pelo fato de terem a libras em alguns momentos na escola.

Existem dois tipos de bilinguismo; o bilinguismo social: quando a comunidade precisa usar duas línguas (obrigação) e o bilinguismo individual: quando o indivíduo aprende outra língua além da primeira língua materna (sela vontade).

Cabe lembrar o trabalho de Sá, quando diz:

A abordagem educacional com Bilinguismo para surdos refere-se à questão que estabelece que o ensino à criança surda deve ser feito em duas línguas: na Língua de Sinais, considerada como primeira língua (L1), e na língua da comunidade majoritária como segunda língua (L2), baseando-se no entendimento de que a utilização de um bilinguismo aumenta as capacidades cognitivas e linguísticas do surdo, possibilitando melhores resultados educacionais que os conseguidos sob a priorização da língua na modalidade oral (Sá, 1999 p.37)

Portanto, no Bilinguismo o surdo deve ser bilíngue, isto é, devem ser fluentes em sua Língua de Sinais e também na língua da sociedade a que pertencem.

O Bilinguismo é uma proposta de ensino que se propõe a tornar acessível ao aluno Surdos duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo a mais adequada para o ensino de surdos tendo em vista que considera a Língua de Sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

Vygotsky (1924), privilegiando as mediações culturais, que caracterizam sua visão do homem enquanto ser social atribuiu o exercício da humanidade à possibilidade de o indivíduo estabelecer trocas culturais por meio da linguagem, e, nesse momento, atrelou seu discurso, apenas à linguagem oral. Inicialmente entendida que “é necessário organizar a vida da criança de forma a que sua linguagem lhe seja necessária e interessante, e a mímica, não interessante e inútil”.

Aqui Vygotsky defende o oralismo, a linguagem é tudo, sem linguagem não existe consciência nem autoconsciência. É a fala interna da criança que possibilita que ela planeje, organize, antecipe, avalie, generalize, abstraia, dê significado, enfim, dê sentido ao mundo físico e aos seus sentimentos.

A oralização do surdo é o objeto central a ser alcançado, pois através da oralização o surdo poderia mais facilmente ser integrada a comunidade majoritária, pois a Língua de Sinais neste momento era restrita a um pequeno grupo que a utilizavam e eram incapazes de fazer abstrações.

Nesse tempo em que Vygotsky expressou tal entendimento, a linguística ainda não havia dado conta de estudar as Línguas de Sinais e não chegara à conclusão de que estas são línguas naturais com toda a complexidade de sistemas linguísticos que servem à comunicação.

Diz Vygotsky (1987, p. 131), “Uma palavra desprovida de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento não expresso por palavras permanece uma sombra”.

Percebemos que ensinar a “falar”, ou seja, a oralizar palavras e frases são muito menos importantes que possibilitar a aquisição de uma língua que funcione como suporte para o desenvolvimento cognitivo e social do indivíduo. O surdo aprende a pronunciar as palavras, mas não aprende a utilizar a linguagem como um meio de comunicação e pensamento.

Cabe citar Fernandes (1990) quando menciona:

“A surdez é uma deficiência não visível fisicamente e se limita a atingir uma pequena parte da anatomia do indivíduo. Suas consequências, no entanto, são extraordinárias no que diz respeito ao desenvolvimento emocional, social e educacional do surdo”. (FERNANDES. 1990, p.38).

De fato, a ausência de linguagem, impede a penetração do surdo no mundo intelectual e cultural dos homens, entretendo sua experiência social. A maior dificuldade dos surdos é a aquisição de uma linguagem que subsidie seu desenvolvimento cognitivo. Portanto, os estudos que envolvem a condição de que a surdez, quando analisada exclusivamente do ponto de vista do desenvolvimento físico, não é uma deficiência grave, mas quando analisamos pelo outro lado onde todo ser humano precisa ter uma linguagem para desenvolver-se nos deparamos com a situação de que a ausência de linguagem, além de criar dificuldades no relacionamento pessoal, acaba por impedir todo o desenvolvimento psicossocial do indivíduo.

Vygotsky (1931) mudou seu entendimento a respeito da mímica pelo surdo onde fala que:

“Está totalmente claro que a falta de linguagem na criança surda-muda, ao dificultar sua comunicação plena no coletivo e ao tirá-lo do coletivo, é um dos freios principais para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. A investigação experimental demonstra a cada passo que o que lhe tiramos na comunicação lhe faltará no pensamento”. (Vygotsky. 1931, p.189).

No entanto, a comunicação é de suma importância na vida das pessoas. Aos poucos o homem ganha capacidade de introspecção e associação. Coloca lado a lado duas informações, deduz uma terceira, testa-a na realidade, reflete sobre as consequências, significativamente, este momento corresponde à conquista do jogo. A partir daí as coisas se aquecem e iluminam; não apenas são, mas também significam, têm uma representação imaginária, um símbolo e é aí que se é possível trocar não só objetos como símbolos, mas palavras.

Rocha defende que ...

“Um deficiente auditivo não pode adquirir uma língua falada como língua nativa porque ele não tem acesso a um sistema de monitoria que forneça um feedback constante para a sua fala”. (Rocha Coutinho, 1986 p. 44).

Portanto, o bilinguismo tem como objetivo que o surdo deva ser bilíngue, ou seja, adquira como língua materna a Língua de Sinais e segunda língua o português ou oficial de seu país. A filosofia bilíngue traz que a própria surda forma sua comunidade, com cultura e língua própria a questão principal para o bilinguismo é a surdez como grupo linguístico não a surdez como falta de audição.

Os profissionais não são unânimes, existem diversas maneiras de aplicar o bilinguismo. A primeira acredita que o surdo deva aprender a Língua de Sinais e a modalidade oral sendo que o surdo deverá ser alfabetizado na língua oficial de seu país.

Segundo Sanchez (1993) diz que:

É necessário para o surdo que adquira a Língua de Sinais e a língua oficial de seu país apenas na modalidade escrita. Mais de 90% dos surdos tem família ouvintes, por isso a família deve também se apropriar da Língua de Sinais para que a criança tenha plena aquisição da língua, assim a língua oral seria sua segunda língua”. (1993, p. 87)

Assim, para que o ensino pelo bilinguismo tenha êxito, faz-se necessário que seja oferecido à comunidade em geral, ou seja, realmente para todos, preparando para a vida e para o mercado de trabalho.

1.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS SURDOS

A inclusão de alunos surdos em sala de aula na escolar regular vem sendo abordada a partir de diferentes perspectivas, dentre elas os direitos da pessoa com deficiência e o exercício da cidadania, a exposição à língua de sinais ou ao português e a modalidade de ensino. Porém, ainda há pouca discussão sobre a implementação da inclusão escolar, em especial sobre a percepção dos professores envolvidos nesse processo.

Nas escolas ditas inclusivas, o problema básico que o aluno surdo enfrenta para a sua inclusão diz respeito à comunicação. Analisando esse contexto, para que o aluno surdo seja realmente incluído, deveria ter seu direito linguístico respeitado, pois a língua Portuguesa é sua segunda língua e a LIBRAS sua língua materna, já que a comunicação entre surdos e ouvintes acontece através da língua dominante, sendo assim o aluno Surdo não consegue transmitir as suas ideias e acaba por não ser compreendido.

Há propostas educativas que visam à educação bilíngue. Segundo estudos de Bouvet (1990 apud LACERDA, 1997, p.114) “as línguas de sinais são adquiridas pelos surdos com naturalidade e rapidez, possibilitando o acesso uma linguagem que permite uma comunicação eficiente e completa como aquela desenvolvida pelos ouvintes”.

Um dos resultados da apresentação da LIBRAS é o envolvimento dos ouvintes com o mundo dos surdos. Aos alunos do Ensino Regular levam para casa em seu dia-a-dia a experiência da comunicação de uma nova linguagem – o que acaba transcendendo as paredes escolares, tendo então o seu caráter social.

No artigo 1º da lei nº. 10.436 de 24 de Abril de 2002¹ prevê uma iniciação ao cumprimento de uma lei sancionada pelo Presidente da República onde diz: É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associada. Esta lei no restante de seus artigos prevê que haja a difusão da Libras como meio de comunicação das comunidades surdas; garantia de que receberão tratamento adequado em qualquer instituição pública. Esta Lei foi decretada pelo atual presidente em 22 de dezembro de 2005 sob o nº. 5.626, no qual regulamenta o Artigo 3º da lei dizendo que: A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Mesmo antes desse decreto, já se observava à relevância que este tema traz à sociedade, pois muitas instituições já se preocupam em oferecer este curso não só a acadêmicos e professores, mas também à comunidade em geral, que busca cada vez mais o conhecimento dessa Língua para não se sentir alheia ao universo dos surdos.

A atual política educacional brasileira inclui, em suas metas, a integração de crianças e jovens portadores de necessidades especiais no ensino regular, com apoio de atendimento educacional especializado, quando necessário. A oportunidade de convívio com alunos ouvintes torna possível ao surdo ser capaz e desenvolver-se em todos os aspectos, inclusive no ensinamento de sua língua materna, que é a língua de sinais.

As atuais pesquisas sobre surdez e os usuários da LIBRAS nos proporciona analisar o processo de desenvolvimento social, cultural e educacional do indivíduo surdo. Assim como, possibilitar um melhor entendimento sobre como a surdez é definida, como é visualizada pelo mundo ouvinte além de, fornecer informações sobre o processo educativo deste indivíduo, o que vem sendo discutido a um bom tempo.

¹ Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em: 06 agosto 2018.

Propor-se a discutir a educação de surdos, significa investigar na história e nos movimentos sociais construídos, as rupturas que evidenciam as relações de poder, que interpretam o significado do outro no discurso dominante, ou seja, uma investigação epistemológica.

Para que a atual situação da educação dos surdos seja mais bem compreendida nas suas raízes históricas e políticas e para que as decisões derivadas dessa análise possam contribuir para uma mudança da realidade educacional, se faz necessário discutir, sobre o lugar que ocupam na educação dos surdos, as transformações sociais de cada momento histórico e a lógica da ideologia dominante.

Atualmente, transformações significativas têm sido desenvolvidas em todos os setores da sociedade, tais transformações nos afetam social, econômica e culturalmente, modificando a maneira de pensar, de interagir, de agir e de nos comunicar. Vivemos a pós-modernidade. Pois no início dos tempos, sequer cuidados lhes eram concedidos como na atualidade é observado. Somente após muita evolução de fundamentos sociais e educacionais que alguma preocupação com a educação de surdos começou a receber alguma atenção.

Cabe ressaltar os escritos de SKLIAR, quando diz:

A discussão atual na educação dos surdos está centrada em mudanças estruturais e metodológicas da escolarização vigente e na frenética problematização do tema inclusão/exclusão social com vistas, entre outras coisas, a se propor uma escola que possa convocar e acolher a todos em suas diferenças. No entanto, o que torna-se emergente são as mudanças de concepção do sujeito surdo, as descrições em torno da sua língua, as definições sobre políticas educacionais, a análise das relações de poder entre surdos e ouvintes. (SKLIAR, 1997).

Entre as contribuições que proporcionaram essas mudanças, é imprescindível a divulgação das recentes vivências educacionais denominadas de educação bilíngue, no Brasil (Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o português), e o aprofundamento teórico acerca das concepções sociais, culturais e antropológica da surdez e do surdo, e principalmente, o reconhecimento da diferença – não da deficiência – como mais um exemplo da diferença humana, para construção da cidadania e, conseqüentemente, de um verdadeiro processo educativo.

1.3 REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR

A educação inclusiva permite que os alunos com deficiências tenham uma educação o mais próximo possível do normal. É uma prática de vanguarda, pois permite com que a escola atue em seus diversos segmentos, possibilitando a integração de alunos que dela fazem parte. Para isso conta com altos padrões, pois existem elevadas expectativas para que as crianças alcancem seu máximo potencial, em atividades desenvolvidas de acordo com o processo de cada uma.

A inclusão exige a transformação da escola, pois defende a inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades dos alunos. Ou seja, a inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino poder integrar o portador de deficiência à sociedade e poder se desenvolver e exercer sua cidadania.

A inclusão de alunos Surdos no ensino regular tem sido a proposta norteadora e dominante na Educação Especial, direcionando programas e políticas educacionais e de reabilitação em vários países, incluindo o Brasil.

Elaborada em 1972, na Educação Especial, por um grupo de profissionais da Escandinávia, essa proposta baseou-se no princípio de normalização que apregoa que todas as pessoas portadoras de deficiências têm o direito de usufruir de condições de vida o mais comum ou “normal” possível, na sociedade em que vivem garantindo assim seu direito de ser diferente e de ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade.

Acredita-se que o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais válidos para todos os alunos, resultarão naturalmente na inclusão escolar dos alunos Surdos no ensino regular.

Segundo Albres (2013) a língua de sinais deve ser respeitada e oferecida em materiais didáticos, vivenciando assim mais experiências visuais.

Atualmente, os surdos lutam pelo direito de pertencerem a uma cultura surda, representada pelo uso da língua de sinais em seu meio; pelo uso de materiais e livros em Libras; pelas identidades diferentes; pelos intérpretes como mediadores entre surdos e ouvintes; pelo uso de tecnologias especializadas para acesso às informações do mundo; pela pedagogia da diferença; pelo povo surdo; pela comunidade surda; pelo modo como vivem por meio da experiência visual. (ALBRES. 2013, p 30).

Em consequência, a educação inclusiva adquirirá uma nova significação. Tornar-se-á uma modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos, mas focada no aluno Surdo e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de se ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatível com os ideais democráticos de uma educação para todos.

A situação tem se arrastado pelo tempo e tem perpetuado desmandos e transgressões ao direito à educação e a não discriminação e grande parte das vezes por falta de um controle efetivo dos pais, das autoridades de ensino e da justiça em geral sobre os procedimentos das escolas para ensinar, promover e atender adequadamente a todos os alunos.

Os caminhos até então percorridos para que a escola brasileira acolha a todos os alunos, indistintamente, tem se chocado com o caráter eminentemente excludente, segregativo e conservador do nosso ensino, em todos os seus níveis: básico e superior.

Na prática inclusiva, no entanto, percebe-se que mesmo aqueles alunos Surdos que se encontram inseridos no ensino regular continuam sendo isolados dos seus companheiros de turma ouvintes e, de certa forma, rejeitados pela escola e professores. Isto tolhe a oportunidade deles desenvolverem amizades e de se socializarem, bem como com prejuízo em seu processo de ensino aprendizagem.

2. UM OLHAR SOBRE A SALA DE AULA INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR

Esse trabalho buscou em entender a atuação do Tradutor/Intérprete de Libras partindo do olhar e das reflexões sobre as perspectivas do professor regente na medição dos conteúdos científicos em sala de aula inclusiva do ensino regular e o processo de escolarização dos alunos surdos. Esses alunos precisam estar incluídos formalmente nas escolas de ensino regular, mas o que se observa é que a inclusão necessária não está acontecendo, pois, a proposta de educação bilíngue para Surdos em oferecer um ensino de qualidade através de sua língua materna não está acontecendo, descumprindo as leis que sustentam e defendem o direito do aluno surdo. A Língua Brasileira de Sinais e seus usuários (os Surdos) ainda são desconhecidos pela grande maioria dos professores do ensino regular nas escolas.

O Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, prevê a inclusão da Libras como disciplina curricular. Para tanto há a necessidade da formação do professor de Libras, bem como de tradutores e intérpretes de Libras, de professores especializados no ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa (ALBRES, 2010, p. 41).

A proposta revolucionária de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular, tem encontrado outras barreiras, entre as quais se destaca a cultura assistencialista/terapêutica da Educação Especial. Nessa perspectiva, os desafios que temos a enfrentar são inúmeros e toda e qualquer investida no sentido da Libras e de se ministrar um ensino bilíngue ao aluno surdo, depende de se ultrapassar as condições atuais de estruturação linguísticas no ensino escolar para alunos surdos.

Segundo Lopes (2007) apud Albres (2012) afirma que:

Com tais mudanças paradigmáticas em relação ao ensino de surdos, baseado numa visão em que a língua de sinais e parte fulcral deste processo, emerge a presente legislação que dá suporte para tais afirmações, já teorizadas por diversos autores, sobre a necessária construção de uma escolarização bilíngue de alunos surdos, que constitui um novo campo de saber sobre a surdez, a partir de toda uma composição que localiza a surdez, como mencionado, não num viés clínico, mas numa perspectiva de diferença, e da possibilidade de viver tal diferença na escola (ALBRES, 2012, p. 42).

Em nosso universo educacional, o problema básico que o aluno surdo enfrenta para a sua inclusão diz respeito à comunicação. Apesar de, há muito tempo, já se ter noção de que este aluno

surdo tem condições de desenvolver uma linguagem oral, ainda hoje vemos um grande número de pessoas surdas fazendo uso da linguagem de gestos, mímicas, e não utilizam a LIBRAS, sua língua materna.

Analisando esse contexto, o aluno surdo sendo realmente incluso, teria o direito respeitado, em ter a língua Portuguesa como sua segunda língua e a LIBRAS como língua de instrução científica, pois ela é sua língua materna, já que a comunicação entre surdos e ouvintes através da língua dominante é muito difícil, pois o surdo não consegue exprimir as suas ideias e acaba por não ser compreendido.

Goldfeld (1997) aponta que, “mesmo que o português demore em ser aprendido pela criança surda, se esta estiver exposta à cultura ouvinte, brasileira no nosso caso, ela absorverá vários aspectos desta cultura como os esportes, roupas, alimentação e vários outros aspectos”. Por isso, a vivência de um surdo é, antes de tudo, de isolamento, por conta de não lhe possibilitarem outras situações de comunicação; (p.111).

Segundo Souza (2003) uma das demandas de uma parcela relevante de surdos é de que a sua língua seja reconhecida como legítima na escola e de que professores e colegas não os tratassem como deficientes, mas sim como pessoas que utilizam um sistema linguístico nativo. Assim sendo, a escola diminuiria a expectativa de que um aluno surdo teria baixo desempenho escolar, já que o considera como deficiente e o surdo teria acesso ao currículo em língua de sinais. A proposta de uma educação bilíngue aos surdos também aponta para outros benefícios.

O objetivo da educação bilíngue é que a criança surda possa ter um desenvolvimento cognitivo-linguístico, equivalente ao verificado na criança ouvinte, e que possa desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes, tendo acesso às duas Línguas: a língua de sinais e a majoritária (LACERDA, 1997, p.114).

Na sala de aula inclusiva é uma proposta de ensino que se propõe a tornar acessível à ao aluno surdo às duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo a mais adequada para o ensino de surdos tendo em vista que considera a Língua de Sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

Através dos escritos de autores tais como: BRITO (1993), FERNANDES (1990; 2003) E PERRENOUD (2000), podemos considerar que o uso da LIBRAS no ambiente escolar, proporcione uma pedagogia diferenciada que se faz necessária, principalmente com a estimulação visual para melhor interpretação do contexto nas disciplinas no ambiente escolar e social e simultaneamente o uso da língua brasileira de Sinais.

Para se construir um ambiente educacional que realmente atenta às diferenças é necessário criar espaços adequados para que o aluno surdo elabore seus próprios conhecimentos, compartilhe

suas dúvidas ou as descobertas, exerça, enfim, sua capacidade de ser cidadão. Esse ambiente só poderá ser construído se foram consideradas as múltiplas possibilidades de apreensão e da elaboração de mundo, de experiência, entre outros fatores culturais.

Percebe-se nas relações diárias, a importância de se realizarem estudos direcionados para a inclusão de alunos surdos com inserção de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais em sala de aula inclusivos, na tentativa de avaliar como este processo vem ocorrendo, como já se faz em outros países, e até mesmo avaliar os efeitos de tal processo na formação acadêmica desses alunos no ensino regular.

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável.

LACERDA e GÓES, loc. cit., Enfatiza em suas discussões que:

O surdo tem acesso aos conhecimentos da cultura do grupo majoritário ao qual pertence por meio de uma língua que ele domina. À medida que a condição linguística especial do surdo é respeitada, aumentam as chances de ele desenvolver-se e construir novos conhecimentos de maneira satisfatória, em contraponto a uma “integração escolar” sem qualquer cuidado especial. (LACERDA; GÓES, 2000, p.66).

No caso dos alunos Surdos, a questão é mais complexa porque a língua meio de compreensão das aulas, deve ser a LIBRAS e os professores das disciplinas, assim como os alunos não surdos, geralmente, não dominam esta língua. Mesmo que o professor soubesse usá-la, não seria possível ministrar suas aulas em LIBRAS, porque os alunos ouvintes não acompanhariam a exposição de suas aulas. Assim, a única solução para esta questão é a presença constante, durante as aulas e outras atividades educacionais, de um intérprete em LIBRAS para os alunos surdos em cada disciplina.

Vale notar a contribuição de Lacerda e Góes, que diz respeito à inserção do intérprete em sala de aula.

Um primeiro ponto a ser focalizado será aquele relativo ao papel ocupado pelo intérprete nas relações estabelecidas em sala de aula, dentre as minhas dinâmicas e peculiaridades observadas nessa prática pedagógica. Atentar para o modo de inserção do intérprete, nesse contexto, mostra-se muito importante pô ser ele elemento fundamental nesse modo de inserção escolar. De certa forma, é pelo intérprete que o aluno surdo será “falado” e “ouvira” o outro e, compreender seu papel e as dinâmicas geradas em sala de aula por sua presença pode, em muito, contribuir para o esclarecimento das situações vivenciadas. (LACERDA; GÓES, 2000, p.59).

Mesmo assim, para assegurar uma compreensão plena de conteúdos, a presença do intérprete de LIBRAS se faz necessário, principalmente, para elucidar dúvidas, na explicação do professor das disciplinas, na leitura dos textos e durante a elaboração dos mesmos pelo aluno surdo. Não se pode esquecer que o surdo não lê e nem escreve fluentemente o Português, assim como qualquer um

encontra dificuldade na leitura de um texto escrita em língua estrangeira sobre a qual não se tem pleno domínio.

Nas salas de aulas inclusivas o Tradutor/Interprete de Libras tem ganhado grandes repercussões no espaço educacional, por meio do crescente numero de pesquisas que permeiam sobre sua pratica, identidade e formação a fim de propor metodologias para o ato de traduzir/interpretar que contemple, dentre outros aspectos, a fidelidade do discurso dos sujeitos envolvidos no ato interpretativo.

O intérprete é uma figura importante para que os alunos surdos usuários da Libras tenham acesso, nas escolas regulares onde a língua de instrução é o português, não apenas aos conteúdos escolares, mas também a oportunidades de inserção/interação social no espaço escolar. Sua função é viabilizar a comunicação entre surdos e ouvintes, atuando na fronteira entre os sentidos da língua oral (português) e da língua de sinais num processo ativo, dinâmico e dialético. (LACERDA, ALBRES, DRAGO. 2013, p.76).

O papel do Tradutor/Interprete de Libras em sala de aula é facilitar a comunicação entre o aluno surdo e os outros e dele (a) não é esperada a participação na conversa. O profissional que está falando deve se colocar de frente ao aluno surdo, posicionando-se normalmente numa conversa e não deve se dirigir diretamente ao intérprete e sim ao surdo. É responsabilidade do aluno pedir o esclarecimento de alguma dúvida, tanto usando sua voz ou via voz do intérprete. Isto tudo deveria ser informado aos professores e funcionários de toda a escola em que o aluno surdo estiver incluído e a cada início de ano, pois a rotatividade dos profissionais em sala de aulas de um ano para o outro muito.

LACERDA e GÓES (2000) apontam em seu trabalho a necessidade do intérprete na relação do acadêmico surdo com os demais da sala de aula quando diz:

Nesse ínterim, a intérprete procura negociar com a criança surda e com os demais alunos uma localização mais adequada no decorrer das atividades em sala. Havia a necessidade de construir uma relação que não estava previamente estabelecida e que precisava ser forjada no interior do espaço escolar. (LACERDA; GÓES, 2000, p.67).

Em sala de aula inclusiva o Tradutor/Interprete de Libras atua nas diversas situações em que a interação entre surdos e ouvintes, que não sinalizam, seja exigida, sendo mediador entre as comunidades surdas e o ouvinte. A sociedade majoritária utiliza a língua oral, a maioria das pessoas ouvintes não conhece a língua de sinais, então existem profissionais que possibilitam esta comunicação: os intérpretes de Língua de Sinais que deve ser de conhecimento de todos dentro das escolas do ensino regular que alunos surdos estiverem matriculados.

Atualmente, com a política de escolas inclusivas, ou seja, em sala de aula inclusiva, onde os alunos surdos estão sendo incluído no ensino regular, o que tem percebido é que, em muitas escolas, temos alunos sem a presença do Tradutor/Interprete de Libras. Então, nas observações percebeu-se que estamos vivendo uma falsa inclusão, pois se o aluno surdo está incluído na sala de aula, mas não

há o profissional que o acompanhe na mediação de comunicação, não haverá aprendizado, portanto, nenhum ganho em seu processo ensino-aprendizagem, pois professor e amigos de sala de aula não sabem a Língua de Sinais e o aluno Surdo não sabe o português, tomando essa inclusão mascarada.

Nesse sentido se faz necessário uma educação inclusiva que tenha compromisso com a cidadania e com a constituição de uma sociedade democrática e não excludente, é preciso promover o convívio com a diversidade. Para isso, a sala de aula inclusiva precisa ter uma meta buscada por todos os alunos empenhados com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária.

2.1 O INTERPRETE DE LIBRAS E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

A problemática desta pesquisa está vinculada a atuação do Tradutor/Intérprete de Libras partindo das reflexões sobre as perspectivas da relação entre o professor regente na mediação dos conteúdos científicos em sala de aula no ensino regular.

Sabe-se que existem muitos desafios no processo de inclusão de alunos Surdos, para o profissional Tradutor/Intérprete de Libras, bem como para professor do ensino regular. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo Identificar as estratégias utilizadas pelo professor e Tradutor/Intérprete de Libras no contexto educacional, como mediadores do conhecimento em sala de aula e suas possibilidades de trabalho em parceria.

Os alunos Surdos incluídos nas salas de aula do ensino regular e precisam que toda a escola respeite sua condição linguística, nesse caso a Língua de Sinais, assim como a presença do Tradutor/Intérprete de Libras em sala de aula, mediando toda a comunicação existente nesse espaço, que é indispensável, pois será através desse profissional que ele (o aluno Surdo) vai ter o acesso às informações e conteúdos ministrados para o aluno Surdo.

É, portanto indiscutível que, no espaço educacional, por varias vezes, o Tradutor/Intérprete de Libras em sala de aula precisa atuar como professor, manipulando sentidos, esclarecendo questões, pois se o mesmo realizar uma interpretação no exato sentido da palavra, aluno surdo poderá não compreensão o que se esta sendo interpretado. Isto porque o espaço educacional tem especificidade que precisam ser consideradas. O que se busca é a construção de conhecimentos dos alunos e muitos recursos podem ser utilizados para alcançar esse objetivo.

Segundo Quadros (2003: 79)

Considerando-se os diferentes tipos de discurso aos quais, o intérprete é exposto, torna-se necessário que ele busque possibilidades de criar ideias sobre o que é usado no momento, além de elementos linguísticos e referenciais que auxiliem o surdo na construção de sentido aos objetos expostos no texto escrito ou falado. Numa situação de interpretação simultânea, existe a preocupação de que esta não seja suficiente à compreensão do discurso pelo surdo,

haja vista que a tradução não será exatamente igual ao discurso original. Nessa ocasião, portanto, o intérprete utiliza o planejamento linguístico do locutor. (QUADROS. 2003, p79):

Com relação à Inclusão de alunos surdos no ensino regular, foco deste trabalho de pesquisa é analisar as condições oferecidas pelas escolas do ensino regular para o trabalho do Tradutor/Intérprete de Libras, bem como, analisar como acontece a valorização e o uso da língua de sinais, contribuindo para a igualdade na aquisição de conhecimento em sala de aula entre alunos ouvintes e alunos Surdos.

Parece, portanto, oportuno reproduzir aqui pequeno texto de Quadros (1997):

A criança, ao ter um ambiente linguístico e cultural adequado às suas necessidades, oportunidade de interagir com adultos surdos e com crianças ouvintes, ter garantida a interação com os pais e vivenciar diferentes situações, certamente conseguirá conceber uma teoria de mundo e formar sua identidade pessoal. (QUADROS. 1997, p. 109).

É importante evidenciar, que a responsabilidade pela aquisição do conhecimento é do professor. E a função do tradutor/intérprete de Libras em sala de aula organizar e planejar suas estratégias de tradução/interpretação, elaborando suas escolhas linguísticas e referenciais com a parceria do professor regente e seu conhecimento sobre os temas apresentados no decorrer das aulas. São, portanto, as considerações que o professor repassa ao tradutor/intérprete de Libras, que será a base para a organização linguística do texto falado ou escrito sobre o tema a ser tratado, pelo tradutor/intérprete de Libras em sala de aula.

Neste sentido cabe relatar o que Lacerda 2002; diz que:

O intérprete precisa poder negociar conteúdos com o professor, revelar suas dúvidas, as questões do aprendiz e por vezes mediar à relação com o aluno, para que o conhecimento que se almeja seja construído. O incômodo do professor frente à presença do intérprete pode levá-lo a ignorar o aluno surdo, atribuindo ao intérprete o sucesso ou insucesso desse aluno (LACERDA, 2002: 123).

O tradutor/intérprete, em situação frente a frente com o surdo, precisa dar conta de formular todas as informações que estão sendo discutidas. Essa condição vai marcar um momento de escolhas dos léxicos, ou seja, o modo como ele irá organizar todas as informações com base nas suas competências linguísticas para poder transmiti-las na língua alvo.

Nesse sentido Albres 2015 relata que:

[...] pela nossa leitura dos documentos, podemos interpretar o que é permitido ou não ao intérprete fazer. Porém, consideramos que a questão desse profissional e da inclusão de alunos surdos na escola é muito mais séria do que aquilo que esses escritos conseguem ou podem captar/expressar. Na escola o intérprete é quem conhece as especificidades linguísticas da pessoa surda, quem sabe se comunicar com o aluno surdo, quem pode colaborativamente com o professor, criar condições favorecedoras de acesso aos conteúdos curriculares aos alunos surdos (ALBRES, 2015, p. 53).

Pois isso as escolhas linguísticas são necessárias, respeitando assim o nível linguístico do aluno Surdo, e muitas vezes o interprete de Libras, busca através de exemplos próximos as vivências diárias do aluno para passar as informações dadas pelos professores de forma científica, acontecendo os ajustes de léxico, mas sem deixar de passar a mensagem original.

Simplemente o interprete de libras trilha caminhos diferentes e melhores para a compreensão do aluno surdo, possibilitando a aprendizagem. Um ensino baseado na diferença e cultura do povo Surdo.

Parece, portanto, oportuno reproduzir aqui pequeno texto de Tuxi (2009) quando diz que:

A dificuldade em se definir a atuação do interprete educacional talvez tenha como origem a própria dificuldade da adaptação do aluno surdo a esse espaço escolar. A inclusão do aluno surdo vai além da acessibilidade da comunicação. Este fator é essencial, mas é preciso também um novo olhar na forma de ensinar e, como já foi dito anteriormente, é preciso rever as estratégias utilizadas em sala de aula, pois apenas o uso de Libras em sala de aula não é o suficiente para o êxito do processo inclusivo. (TUXI, 2009. p.31).

Com relação à Inclusão de alunos Surdos em sala de aula inclusiva nas escolas de ensino regular, implica em uma transformação de perspectiva educacional, pois não se restringe aos alunos Surdos, mas a todos os demais, para que não fique a margem do sistema educacional.

Foco deste trabalho de pesquisa, esta em investigar como acontece o processo de interação entre o Tradutor/Intérprete de Libras, o aluno Surdo e o Professor no decorrer das aulas, na transferência de conteúdos científicos, auxiliando na aprendizagem dos alunos Surdos, em sua prática em sala de aula, e como ele contribui no processo de ensino e aprendizagem dos alunos Surdos, considerando que no ensino regular predominam as manifestações culturais dos ouvintes, por serem minoria os alunos surdos não convivem com sua língua materna diariamente no ambiente educacional.

2.2 A INSERÇÃO DO PROFISSIONAL TRADUTOR/INTERPRETE EM SALA DE AULA

As discussões acerca do profissional tradutor/interprete de Libras estão sendo muito difundidas no Brasil, principalmente com a ideia da inserção dos alunos Surdos no ensino regular. Para se tratar sobre esse assunto, faz-se necessário abordar a questão sobre a qualificação desses profissionais.

O tradutor/interprete de Libras deve estar atento à compreensão de seu aluno surdo, deve se aproximar da realidade linguística dele, no ato de sua interpretação, tendo em vista seu completo acesso à informação, não significa que o tradutor/interprete de Libras deva subestimar seu aluno Surdo, mas adequar-se ao contexto existente em sala de aula.

Um exemplo disso nos é fornecido por Sobral (2008), quando afirma que:

Assim, o intérprete tem de ser um profissional capaz de entender quando deve dizer o que a quem e de que maneira, a depender de onde ele esteja e quem esteja envolvido. Daí minha afirmação de que interpretar em Libras também é dizer o “mesmo” a outros, ou seja, dizer uma coisa de acordo com a situação em que se diz, com a intenção de quem diz e com as características daquele a quem se diz. (SOBRAL. 2008, p.132).

Com relação ao trabalho em sala de aula, ressalta-se que o tradutor/intérprete de Libras precisa realizar suas escolhas linguísticas, reflexão, relações sociais com diferentes sujeitos, assim como na participação no processo de ensino e aprendizagem do aluno Surdo.

É relevante citar Lacerda 2002, quando menciona que:

“Todavia a inserção desses profissionais precisa ser feita com cuidado e reflexão, uma vez que a prática inclusiva observada até o momento aponta para a evidência de desconhecimento da realidade das comunidades surdas, de falta de preparo e de oportunidade para discussões sobre essas possibilidades. Debates permanentes sobre os desafios e os modos como as práticas com a participação do intérprete efetivamente se dão em sala de aula são fundamentais para a evolução e o bom andamento de uma proposta de inclusão é minimamente consequente. (LACERDA. 2002, p 121).

O intérprete de LIBRAS é o profissional com competência linguística em LIBRAS e Língua Portuguesa e atua no ensino regular no qual há alunos surdos. O intérprete não substitui a função do professor da sala, pois este apenas fará a mediação da comunicação do professor e alunos ouvintes com o surdo. O intérprete também atua fora do contexto escolar, sendo responsável também pela comunicação dos surdos em outros ambientes sociais, quer seja em um congresso ou em uma palestra.

2.3 O PROFISSIONAL TRADUTOR/INTREPRETE DE LIBRAS E SUAS FUNÇÕES EM SALA DE AULA

Considerando que os primeiros registros da atuação do profissional intérprete foram datados, anteriormente, à década de 80, em atividades religiosas, pode-se afirmar que, ainda assim, o trabalho do profissional ILS é recente. Por conseguinte, existem problemas complexos, passíveis de análise e investigação minuciosa, com ênfase na literatura especializada e na legislação.

Segundo a Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Art. 24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89, “a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1996).

O tradutor/intérprete de Libras é o profissional que interpreta e traduz uma língua para outra de forma precisa, permitindo a comunicação entre duas culturas distintas. Neste caso o

tradutor/interprete da Libras possui, assim, a função de intermediar a interação comunicativa entre o surdo e ouvintes.

Outro aspecto importante segundo Tuxi (2009) com relação ao interprete ela diz que:

Talvez seja necessário repensar a postura deste profissional, principalmente, o que atua no ensino fundamental. Em todas acima citadas, os autores destacam momentos, em que foi necessário o intérprete atuar como um educador para que surdo compreende-se o conteúdo apresentado. Também as práticas pedagógicas entre professores que atuam como regente da turma junto aos interpretes educacionais e/ou professor interpretes precisam ser revistas, (TUXI, 2009, p. 31).

O ato da tradução/interpretação, muitas vezes, não acontece de maneira simultânea, mas é preciso pensar em escolhas lexicais que não comprometam a interpretação. Para o profissional da tradução/interpretação em Libras, faz-se necessário um procedimento prévio de estudos sobre o tema tratado, com vistas à obtenção de uma amplitude relativa às competências linguísticas.

Segundo QUADROS (2004), o intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação. O intérprete especialista, para atuar na área da educação, deverá intermediar relações entre os professores e os alunos, também colegas ouvintes com os surdos. Ser intérprete educacional vai além do ato interpretativo entre línguas.

Hoje, no Brasil, a formação do intérprete de língua de sinais já tem ocorrido tanto em nível médio quanto por meio de curso superior em formato de Graduação ou Pós-Graduação. Como exemplo de iniciativa governamental do modelo proposto em nível superior citamos o curso de Bacharelado em Letras-Libras, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e o curso de Especialização em LIBRAS: Ensino, Tradução e Interpretação. Entretanto, se pensarmos em escala nacional, esse tipo de curso ainda é muito escasso.

A legislação pode inferir ações, mas elas só serão eficazes se de fato a condição linguística especial do surdo for compreendida e respeitada, e ações para a criação de uma efetiva escola bilíngue forem implementadas (LACERDA, 2005).

Acredita-se que se os intérpretes de língua de sinais que atuam na educação tiverem uma formação adequada, que inclua o aspecto linguístico e o pedagógico, poderão compreender melhor a importância do seu papel na escola inclusiva.

Na literatura atual, no Brasil, pouco se tem destacado sobre os diversos conceitos e técnicas sobre a atuação do intérprete de Língua Sinais, pois é recente o reconhecimento de sua legalidade por parte das Instituições civis e governamentais. Com regulamentação da profissão, através da Lei 12.319/2010, espera-se que seja dada maior ênfase a atuação do profissional.

A Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010, em seu art. 4º, também, regulamenta a formação do Intérprete em nível médio, determinando a sua formação com a mesma modalidade do art. 18 do Decreto 5.626/2005. Tanto a Lei 12.319/2010, como o Decreto 5.626/2005 estabelece prazo de até dezembro de 2015 para vigência do Prolibras, ambos determinam, ainda, que a formação do

Intérprete pode ocorrer em organizações civis representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por instituições superior ou instituições credenciadas por secretarias de educação.

2.4 O PROFESSOR DO ENSINO REGULAR FRENTE A SALA DE AULA INCLUSIVA

O despreparo do professor é outro problema enfrentado pela escola comum. Não há como pensar em novas práticas, novos olhares com a aplicação de velhas metodologias, sob a visão tradicional.

Os professores do ensino regular e especial têm necessidade de rever seus papéis e de atualizar seus conhecimentos e práticas, de modo que todos possam reconhecer e valorizar as diferenças, sem que em nenhum momento tenham de desconhecer o direito indisponível e incondicional de todos os alunos à escola comum. (MANTOAN, 2006, p.95).

A tarefa de educar pressupõe formação, e para que haja melhoria na qualidade de ensino oferecida na escola é necessário que seus professores estejam em constante transformação, embarcando em novos conhecimentos a medida que a escola desenvolve novos diálogos. É imprescindível o investimento na formação do professor quando se deseja colocar em prática um projeto inclusivo na escola.

De acordo com Gil (2005) Estado e Municípios investem em programas de capacitação para professores no atendimento de qualidade na escola inclusiva. Contudo, não são suficientes, visto não atenderem a todos os professores da rede de ensino. Ademais, afirma a autora que “a capacitação deve ser permanente, cotidiana. O professor a cada dia é desafiado a encontrar soluções para as dificuldades de seus alunos” (GIL, 2005, p.97).

Outro ponto significativo é que não se pode idealizar que todos os professores formados em capacitações coloquem em prática o que “aprenderam”, principalmente se esta formação não tiver uma continuidade, se fazendo persistente e consistente no seu cotidiano.

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola. (PAULON, 2005, p.21).

Partindo desse pressuposto, a escola tem autonomia para adequar-se ao seu educando, considerando o conhecimento prévio que cada um traz consigo, adequando seu Projeto Pedagógico

as necessidades surgidas, se abrindo ao novo e ressignificando suas ações em novas práticas inclusivas.

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais. (MANTOAN, 2006, p.57).

O processo de mudança na prática pedagógica do professor deve ter suporte fundamentado, espaço para troca de experiência e aprendizado de novas formas de ensinar. Para tanto, é necessário suporte com equipe especializada, apoio profissional dos especialistas. A participação conjunta do professor especializado é fundamental para auxiliar aos demais professores um atendimento com qualidade, sentindo-se seguros no fazer pedagógico.

Os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns “especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente para todos. Todavia, se considerarmos que o atendimento do referido alunado em classes comuns é a determinação privilegiada nos últimos anos, podemos afirmar que ainda há muitos professores dos sistemas de ensino com pouca familiaridade teórica e prática sobre o assunto. (MANTOAN, 2006, p.58).

A inclusão não é tão somente a inserção do educando com deficiência na escola, mas um trabalho conjunto que possibilite a este aluno qualidade de ensino, estrutura apropriada, para que se sinta parte da escola.

Nesse sentido cabe citar Tuxi (2009) quando diz que:

O sujeito se forma no meio, no qual foi inserido. O caso do aluno surdo, suas práticas discursivas são reflexos da comunidade linguística do contexto social do meio do qual faz parte. Contudo, muitas vezes esse meio não propicia um ambiente de interação, comprometendo assim seu desempenho junto ao meio acadêmico e social. (TUXI, 2009, p. 34).

Não há como mudar as práticas pedagógicas que não se adaptam à educação inclusiva se o professor não tiver a consciência de seu papel neste contexto, dos benefícios que pode proporcionar a escola e ao aluno surdos ou ouvintes se aperfeiçoando e desenvolvendo seu profissional com formação atualizada.

3. A PESQUISA

O presente trabalho foi realizado através de constantes leituras acerca do processo de inclusão de alunos Surdos no ensino regular, com o apoio de autores referidos ao tema, auxílio de pesquisas

bibliografias, web-gráficas, e-books e com a significativa experiência no decorrer do estágio, além de muitas leituras a respeito do assunto.

Em relação à metodologia, o tema foi abordado através da utilização do método dedutivo. O método de investigação utilizado foi o método qualitativo do artigo, no nível de pesquisa descritiva. Assim o processo de coleta de dados utilizou a observação e uma pequena entrevista (conversa), no qual, foi elaborado um roteiro com questões que procurou conhecer melhor as relações entre todos e a inclusão escolar.

É importante mencionar José Filho (2006), quando diz que: o surgimento da necessidade de se pesquisar já traz em si, a necessidade de uma conversar, ou seja, um ponderamento entre os fatos com a realidade a qual se objetiva investigar e com o diferente, uma comunicação dotada de crítica, que direciona a momentos criativos. O intuito de conhecer fenômenos que o constituinte dessa realidade a busca de aproximação, diante de sua complexidade e dinamicidade dialética.

Para analisar as propostas pedagógicas e as estratégias metodológicas, desenvolvidas pelos professores e Intérprete de Língua de Sinais, a fim de se verificar o processo de inclusão dos alunos surdos no ensino regular, foram realizadas entrevistas com os três alunos Surdos, três alunos Ouvintes e três Professores Regentes seguidas de observações da interação os envolvidos no ambiente da sala de aula, entender melhor o processo de escolarização dos alunos surdos, dentro de uma perspectiva bilíngue.

A entrevista é o procedimento mais utilizado no trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador busca extrair informes contidos na vivência dos atores. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se busca ser um instrumento de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objetos da pesquisa que estão inseridos no cotidiano uma determinada realidade que está sendo focalizada. (PÁDUA, 1997, p.64).

As entrevistas foram realizadas na escola E.EB. Profº Gustavo Augusto Gonzaga na cidade de Joinville – SC. Serão entrevistados três professores e três alunos Surdos e três alunos Ouvintes.

a) Abordagem de pesquisa, natureza da pesquisa e tipo de pesquisa.

Esta pesquisa será dentro do aspecto qualitativo, para obter informações por intermédio dos professores do ensino regular, verificando quais as ações para o uso da língua de sinais com qualidade e proficiência pelos intérpretes de LIBRAS em sala de aula, bem como, indicar as estratégias utilizadas pelo professor e Tradutor/Intérprete de Libras no contexto educacional, como mediadores do conhecimento em sala de aula e suas possibilidades de trabalho em parceria.

b) Coleta de dados

A coleta de dados dá-se por meio da observação de uma escola da rede estadual de educação de Santa Catarina, da cidade de Joinville, em uma turma de quarenta alunos ouvintes do ensino fundamental, em que há um aluno surdo e um intérprete de Libras. As observações aconteceram uma vez por semana no decorrer de um mês (agosto 2018), no qual foi observado o comportamento dos alunos ouvintes e professores regentes com relação à presença do aluno Surdo e Intérprete de Língua de Sinais em sala de aula, bem como o cotidiano dos mesmos e quais as mudanças necessárias que acontecem no contexto educacional, que possam contribuir para a produção do conhecimento do aluno surdo, através de uma proposta bilíngue em sala de aula. E com o aluno Surdo, buscou-se informações sobre suas dificuldades em seu processo de ensino-aprendizagem e seu conhecimento da Libras.

c) A análise e interpretação dos dados.

Atualmente faz parte do cotidiano político e educacional a problematização do tema o profissional intérprete em sala de aula com vistas, entre outras coisas, a se propor uma faculdade que possa convocar e acolher a todos em suas singularidades, sejam elas psicológicas, sociais, linguísticas, históricas e/ ou políticas.

Contudo, estimular a inclusão apenas não é suficiente, é preciso prever antecipadamente acomodações, equipamentos, materiais e recursos necessários através dos quais, a condição básica para a efetivação dessa inclusão será dada, incluindo-se também a colaboração dos professores e a programação das atividades escolares e extraescolares.

Observou-se que os alunos Surdos vivenciam dificuldades no âmbito educacional, decorrentes das condições de comunicação. No ensino regular há falta de professores capacitados e de estratégias metodológicas adequadas a um ensino que contemple as peculiaridades do aluno surdo, o que restringe sua participação na sociedade. Assim, há uma necessidade urgente de atender a demanda de preparação de profissionais para trabalhar com alunos Surdos, decorrentes do decreto nº 5626 e da previsão do MEC de um cronograma de expansão de acesso de alunos com necessidades educativas especiais no Ensino regular.

Desta forma, este profissional, o intérprete, além de atender uma necessidade social e legal, contribuirá no processo de formação dos alunos surdos.

Nas observações realizadas na escola foram identificadas as dificuldades enfrentadas pelos Intérpretes da Língua de Sinais, tais como professores que não repassar os vídeos com antecedências, muitas leituras de textos em sala, materiais sem recursos visuais, alunos indisciplinados em sala atrapalhando o desempenho da interprete e suas possibilidades de trabalho que são muito

tumultuados e ao analisar as condições oferecidas pelas escolas de ensino regular para o trabalho do Intérprete, percebeu-se que a escola não dá um respaldo de segurança para que a interprete realize-se seu trabalho com qualidade.

Perceberam-se no decorrer da pesquisa que não existirá colaboração e aceitação entre professor e Intérprete em sala de aula, existem conflitos que dificultam e impedem as possibilidades de aprendizagem dos alunos surdos em sala de aula.

O professor frente à presença do Intérprete de língua de sinais se sente desconfortável e atribui ao interprete toda responsabilidade de ensinamento para com o aluno surdo e se o aluno não aprender é o insucesso do interprete e não do professor regente e passa a desconfiar da atuação desse profissional, visto que o professor regente não assumiu seu aluno surdo, deixando a cargo do interprete de língua de sinais presente em sala de aula.

Verificou-se que não existe uma parceria entre professor e Intérprete e essa parceria é essencial, visto que o Intérprete necessita negociar, entender os sentidos, conhecer o contexto dos conteúdos com o professor, expor suas inseguranças e dúvidas quanto qual sinal ficará mais bem colocado com o sentido correto, discutir sobre as questões das dificuldades do aluno surdo, mediando a relação entre o aluno surdo e professor regente, para que o conhecimento do aluno surdo seja construído de forma clara e objetiva em sua língua materna.

Certamente que a inclusão é um direito garantido por lei a pessoas com deficiência, nesse caso os alunos surdos, mas para que isso ocorra de forma real é necessário que haja um planejamento minucioso das ações, para que a inclusão não ocorra apenas na teoria, mas que seja colocada em prática e possa atingir os objetivos traçados de buscar a igualdade social do aluno surdo oferecendo a eles as mesmas condições de aprendizagem e possibilidades que os demais alunos.

5 – ANÁLISE DOS DADOS

A inclusão dos deficientes auditivos na escolar regular vem sendo abordada a partir de diferentes perspectivas, dentre elas os direitos da pessoa com deficiência e o exercício da cidadania, a exposição à língua de sinais ou ao português e a modalidade de ensino. Porém, ainda há pouca discussão sobre a implementação da inclusão escolar, em especial sobre a percepção dos professores envolvidos nesse processo.

Acredita-se que por meio dessa interação, ocorrerá a aprendizagem, na qual se propôs a divulgar a LIBRAS como o meio de comunicação dos surdos. Analisando esse contexto, o aluno surdo sendo realmente incluído, teria o direito respeitado, em ter a língua Portuguesa como sua

segunda língua e a LIBRAS como sua língua oficial, já que a comunicação entre surdos e ouvintes através da língua dominante seria muito difícil, pois o surdo não conseguiria exprimir as suas ideias e acabaria por não ser compreendido.

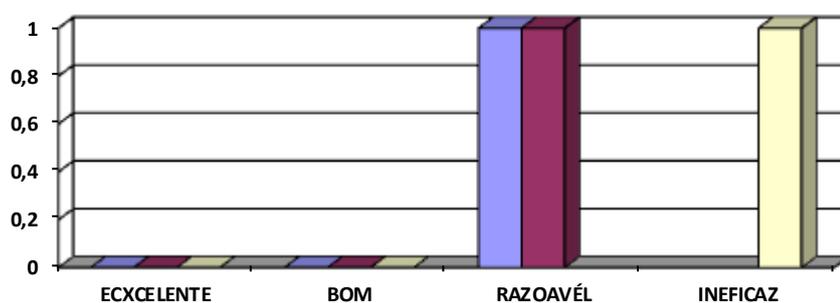
Esta pesquisa apresenta questões referentes à prática inclusiva de alunos surdos no ensino regular. Inicialmente, abordou algumas considerações importantes sobre a presença do profissional Interprete e em sala de aula, com o intuito de elucidar aspectos sua função e práticas de inclusão para mediação comunicativa dos alunos surdos entre professor e amigos de sala de aula. Mostra, também, como deve ser uma prática inclusiva, e a importância do professor, da sociedade para o bom andamento desse processo.

A análise e a discussão dos resultados obtidos nessa fase da pesquisa serão apresentadas, juntamente com o instrumento de pesquisa, o questionário, da seguinte maneira: a cada pergunta corresponderá à quantificação, a qualificação e a discussão dos dados contidos nas respostas.

O primeiro a ser analisado foi com os questionários dos professores de ensino regular da sala inclusivas.

Ao analisar a questão inicial da pesquisa com os professores do ensino regular, percebe-se pelas respostas, que as mesmas são formadas no ensino superior em suas disciplinas, e quando perguntado sobre suas condições linguísticas em relação à língua materna dos alunos surdos, dois professores sentem-se ineficaz e um responder ser razoável, entretanto o que se observou é que nenhum deles se aproxima do aluno surdo buscando saber como ele esta se saindo com os conteúdos ensinados em sala de aula. Conforme nos mostra o gráfico abaixo;

Gráfico N° 1 – Qual seu domínio das condições linguísticas de seus alunos surdos?



Fonte: Dados do Questionário

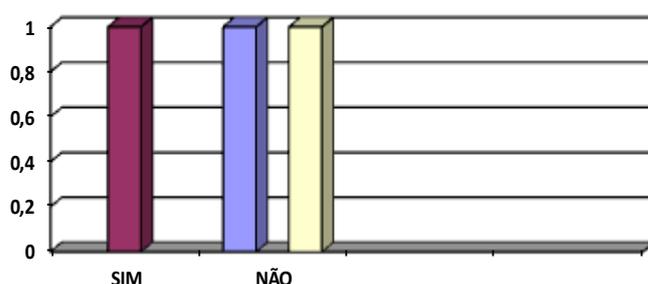
A inclusão é um grande desafio para estas profissionais que estão dando sua contribuição e enfrentando este desafio, aceitando o ingresso e permanência do aluno surdo no ambiente escolar, tratando-o de maneira igual aos outros, já que o princípio fundamental da escola inclusiva é de que

todos os alunos sempre que possível devem aprender juntos independente de suas dificuldades ou diferenças.

Observa-se que estas profissionais vêm percebendo as mudanças ocorridas no panorama educacional e começam a ter voz ativa na reivindicação de serviços qualificados para seus alunos surdos.

Ao questionar se os professores sentem-se preparado para trabalhar didaticamente com alunos surdos e se existe a necessidade de alguma adaptação curricular para os alunos surdos, dois professores foram claro em suas respostas dizendo que NÃO e um professores responder que sim, mas completou dizendo que de foram razoável.

Gráfico Nº 2 – Você se sente preparado para trabalhar didaticamente com alunos surdos? Existe a necessidade de alguma adaptação curricular para os alunos surdos?



Fonte: Dados do Questionário

Com relação à necessidade de adaptações todos responderam que sim, porem nenhum deles aplica na pratica essas adaptações, ficando as resposta vagas, quando analisamos as vivencias em sala de aula do interprete e dos alunos surdos, percebe-se que faltam muitas ações para a verdadeira inclusão dos alunos surdos o que se observa é a vivencia de uma integração muito longe de uma inclusão. Conforme nos mostra a tabela abaixo das respostas dos professores.

Tabela Nº 1 – à necessidade de adaptações.

Professor 1	Existe necessidade de adaptações;
Professor 2	Gostaria de curso de Libras na escola;
Professor 3	Acredito que é de extrema importância as adaptações curriculares na escola;

Fonte: Dados do Questionário

Neste sentido, o professor também precisa passar pelo processo de aprendizagem deter no grupo um contexto diferenciado com a presença de alunos surdos e de interpretes de língua de sinais. A adequação da estrutura física da sala de aula, a disposição dos alunos na sala de aula, a adequação da forma de exposição por parte do professor são exemplos de aspectos a serem reconsiderados em sala de aula.

Na pergunta: O aluno surdo apresenta dificuldades em seu processo de escolarização? Se sim, quais?

Tabela Nº 2 – dificuldades em seu processo de escolarização.

Professor 1	Apresenta dificuldade de entender os significados dos conteúdos;
Professor 2	Sim muito são alfabetizados;
Professor 3	Sim porque em minha disciplina precisa de debate de opinião, e muito não participam;

Fonte: Dados do Questionário

Como se percebe nos relatos de todos os professores a angústia sobre as dificuldades dos alunos surdos em relação à comunicação entre as partes, mesmo havendo o profissional interprete em sala de aula, a pouca participação dos alunos em debates que acontecem em sala de aula, que a interação não acontece de forma satisfatória, muitas vezes, porque a turma e os professores não são preparados e não sabe como lidar com o aluno surdo.

Ao perguntar de como é relação como interprete de Libras que atua em sala de aula? E se trabalham em parceria e como acontece essa dinâmica, as respostas, foram;

Tabela Nº 3 – relação como interprete de Libras que atua em sala de aula.

Professor 1	Sim sempre trabalhamos em parceira, conversamos para alinhar os trabalhos;
Professor 2	Sim ela sempre faz as adaptações necessárias;
Professor 3	Ótimo, trabalhamos em parceria para buscar o melhor aproveitamento do aluno, a dinâmica acontece com a antecipação dos materiais;

Fonte: Dados do Questionário

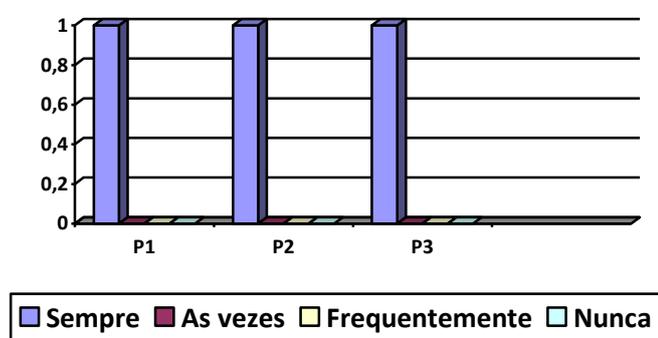
Convém ressaltar que a relação entre professores e interprete se restringe somente em conversar rápidas para negociar como será realizada a aula seguinte ou com repasses de conteúdos, vídeos. Entretanto não é somente isso que o interprete e principalmente o aluno surdo necessita, existem as adaptações, posturas dos professores, da escola como um todo.

Deste modo, as adaptações acontecem, alguns professores começaram a preocupar-se com os alunos surdos, com as mudanças da postura em sala de aula, no aprendizado dos sinais, exigindo delas todas as produções e apresentações, até mesmo nas provas. Outros, porém, entravam e saíam da sala sem se importar com nossa presença, até mesmo no ritmo de sua fala. Às vezes os alunos ouvintes interferiam dizendo: “professora, fala mais devagar, coitada de intérprete, não está conseguindo acompanhar”. Depois foi combinado com os alunos surdos para interferirem também, pois perdíamos informações preciosas para a compreensão. Ao integrar o espaço educacional, o intérprete passa a fazer parte dele. Os outros alunos, ouvintes, também se remetem a ele, criando questões, relacionando-se com ele um educador em sala de aula. Seu papel e limites de atuação precisam ser definidos conjuntamente com o professor, para que essas solicitações e interações não gerem conflitos. O papel do professor, responsável pela classe, e o coordenador do processo de ensino/aprendizagem da turma é claro e deve ser respeitado, todavia se o intérprete puder atuar como parceiro do professor, no que diz respeito a educação da criança surda, dividindo inquietações, buscando soluções conjuntas e trocando a partir de seu papel de interprete de língua de sinais, que é o de auxiliar a criança surda na aquisição de conhecimentos escolares, aspectos da prática pedagógica podem ser revistos e melhorados. (LODI et al. 2002, p. 125).

Observa-se o despreparo dos professores para compreender e realizar as adaptações curriculares necessárias para atender a todos com a mesma metodologia diferenciada.

Ao indagar qual a posição da direção da escola em relação à presença do intérprete de Libras na escola e se existe apoio para como professor e o intérprete de Libras em sala de aula, as respostas foram unânimes sem dizer sim, conforme nos mostra o gráfico abaixo.

Gráfico Nº 3 – Qual a posição da Direção da Escola em relação à presença do intérprete de Libras na escola? Existe apoio para você e o intérprete de Libras em sala de aula?



Fonte: Dados do Questionário

Em particular nessa escola percebeu-se que existe sim uma preocupação da direção da escola com as ações entre os professores e o intérprete com relação ao desempenho dos alunos surdo, dando-lhe autonomia nas adaptações, apoio para a construção de alguns materiais, mas ainda é muito pouco, pois nas reuniões os tempos para a intérprete realizar suas considerações sobre o desenvolvimento dos alunos surdos é somente de 15 minutos, não abrindo para leitura de documentos sobre a inclusão e entre outros de importância para discussões.

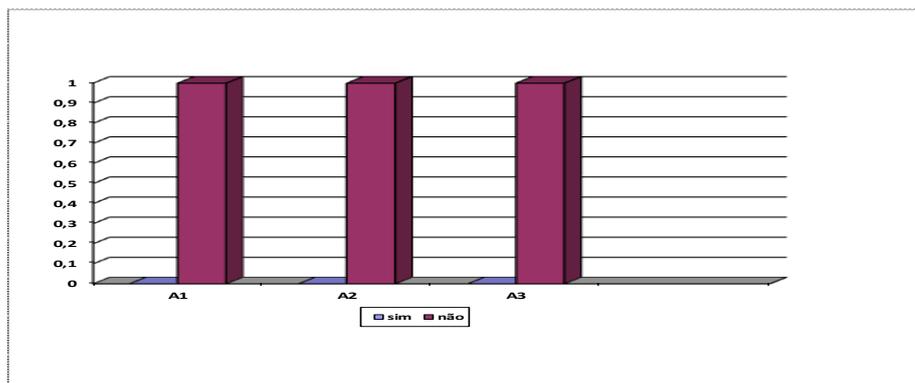
Observou-se que apesar dos professores considerarem os alunos surdos inteligentes, revelam atitudes contraditórias, como, por exemplo, ajudam e deixam os alunos surdos fazer o que querem o que demonstra certa dúvida com relação ao potencial intelectual do surdo.

Quanto à aprendizagem dos alunos surdos, alguns professores afirmam o caráter de normalidade, porém, outras comentam que a aprendizagem era mais lenta. A maioria dos professores relacionou as dificuldades de aprendizagem à falta de comunicação.

O segundo a ser analisado foi com os questionários dos alunos ouvintes do ensino regular da sala inclusiva.

Analisaram-se os questionários dos alunos ouvintes responderam o questionário, dois meninos e uma menina. Todos eles disseram que a presença do intérprete não interfere nas aulas, conforme nos mostra o gráfico abaixo;

Gráfico N° 4 – A presença do intérprete interfere nas aulas?

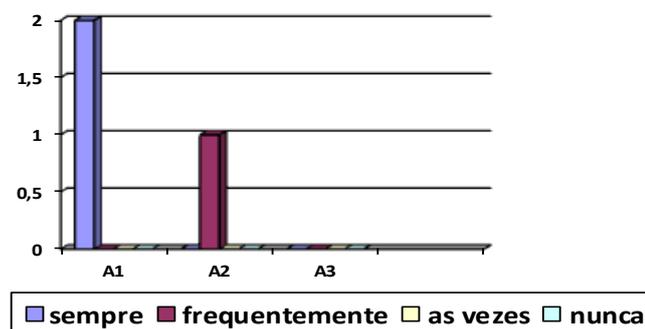


Fonte: Dados do Questionário

Dessa forma, o que se percebe é que essas diferenças pode ter grande vantagem no processo de ensino-aprendizagem, conseguindo uma relação mais prazerosa no dia a dia e obtendo melhores resultados, pois os alunos ouvintes podem utilizar os recursos visuais oferecidos aos alunos surdos, auxiliando no processo aprendizagem de todos ao mesmo tempo.

Nesta pergunta os três alunos afirmaram que sempre faz trabalho com alunos surdos inclusos, conforme gráfico abaixo:

Gráfico N° 5 - Você participa das atividades propostas pelos professores, tendo os alunos surdos em seus grupos de trabalho, apresentações, seminários?



Fonte: Dados do Questionário

Em relação à questão que aborda inclusão na sala de alunos surdos, três alunos responderam que é muito legal ou normal algum exteriorizaram que às vezes não entendem o que o colega fala, mas que o intérprete contribui com a comunicação entre os alunos surdos. Um aluno comentou que a inclusão é boa para adquirir experiência, que se sente bem e não tem preconceito.

Tabela N° 4 – Na pergunta: Você conhece e sabe usar a libras? Aprendeu onde ou com quem?

Aluno 1 – O	Mais ou menos, aprendi com o amigo surdo na sala;
-------------	---

Aluno 2 – O	Mais ou menos, aprendi na sala;
Aluno 3 – O	Poucas palavras, é difícil.

Fonte: Dados do Questionário

No decorrer da observação verificou uma boa convivência entre alunos surdos e alunos ouvintes, porem alguns se esforçando mais que outros, para manter uma comunicação, com muita dificuldade na realização dos sinais, pois não usuários da língua de sinais, sempre apresentam mais dificuldade devida à falta de estímulos dos professores regentes.

Ao pergunta quais mudanças são necessárias no processo de ensino/aprendizagem para que todos aprendam juntos, os alunos não compreenderam bem a pergunta, pois suas respostas forma mais interprete na escola e mais interação entre todos.

Na sequencia foi perguntado sobre o que acha sobre a presença do interprete de Libras na sua sala de aula, as respostas dos alunos deixa claro a falta de compreensão sobre a função do interprete em sala de aula, conforme nos mostra o quadro abaixo;

Tabela Nº 5 – o que acha sobre a presença do interprete de Libras na sua sala de aula.

Aluno 1 – O	Boa, pois ela consegue auxiliar ele, fazendo com que o surdo tire as duvida;
Aluno 2 – O	Importante e interessante;
Aluno 3 – O	Acho muito bom, assim além de interpretar ela ajuda a professora.

Fonte: Dados do Questionário

O que se percebe é que as escolas faltam mais orientações para os alunos ouvintes, funcionários a respeito do aluno surdo e quais adaptações devem ser feitas. Esclarecer a todos as diferenças e os problemas linguísticos enfrentados pelos alunos surdos, para diminuir as barreiras nas salas de aula e dentro do ambiente escolar como um todo.

Na pergunta: Quais as dificuldades que percebe que seu amigo Surdo tem na sala de aula, todos responderam a comunicação, por não saberem a língua de sinais, veja as respostas no quadro abaixo;

Figura Nº 6 – Quais as dificuldades que percebe que seu amigo Surdo tem na sala de aula.

Aluno 1 – O	Não consegue se comunicar com a sala toda;
Aluno 2 – O	Dificuldades de se enturmarem, pois nós não sabemos falaa com eles;
Aluno 3 – O	Socializar;

Fonte: Dados do Questionário

Para isso é essencial à preparação da escola para incluir um aluno surdo, como professores que saibam a língua de sinais, e facilitar a acessibilidade desses à vida social, uma vez que, a inclusão não deve ocorrer somente nas escolas, mas, fora dela também.

Ao ingressar no ambiente educacional, o Intérprete passa a fazer parte dele. Os alunos ouvintes, também se direcionam a ele, criando questões, relacionando-se com este profissional como um professor. Contudo, suas limitações de atuação e seu papel devem ser definidos em conjunto com os professores, para que essas interações não ocasionem conflitos.

Porem, a passos lentos, os interprete e os alunos surdos vão conquistando seu espaço, mas ainda se tem muita barreira à frente para serem derrubadas e para isso muito esforço é necessário para se alcançar o sucesso às forças devem ser unidas.

Consideramos, portanto, que investir na formação de professores, tanto em formação inicial quanto na formação continuada (cursos de graduação e Pós-graduação), é a melhor forma de sanar as dificuldades encontradas na educação de alunos surdos no ensino regular (fundamental, médio e superior), visto que quase todos os fatores que interferem para que o processo de inclusão aconteça realmente, estão ligados às atitudes e práticas cotidianas em sala de aula inclusivas, seja referente às metodologias adotadas pelo professor regente, quanto nas escolhas dos léxicos no ato de traduzir/interpretar utilizados pelos interpretes de Libras.

O terceiro a ser analisado foi com os questionários dos alunos Surdos do ensino regular da sala inclusiva.

Quando foram questionados se oralizavam dois responderam que sim, mas preferem utilizar a libras e que só oralizam em casa, o terceiro respondeu que sabe poucas palavras e não gosta de falar, só sinalizar.

Percebe-se que os alunos surdos que estão em sala de aula possuem sua identidade Surda e que somente usam a língua falada, porque a família não aprende a Libras, que seria muito mas fácil a comunicação, segundo os alunos da entrevista.

Contatou-se que a diferença linguística e a falta de domínio de ambas as línguas pelos alunos surdos são fenômenos que evidenciam e potencializam a ideia de uma inclusão que não acontece de forma correta às necessidades desses alunos.

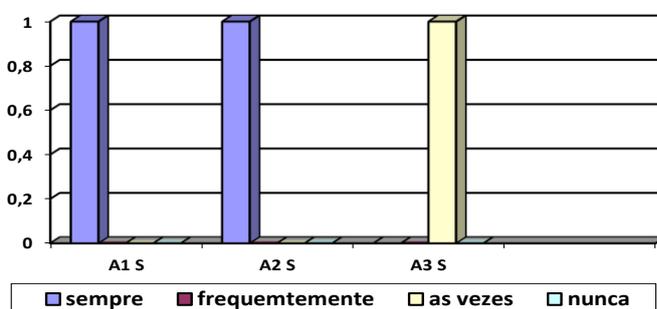
Em relação ao uso aparelho, todos responderam que auxilia na audição e na fala, como ele conseguem perceber os ruídos e se situarem no ambiente, mas relataram que passaram muito tempo sem utilizar o aparelho, pois não conseguiam adaptar-se com ele.

No decorrer das entrevistas ficou claro a preferencia pelo uso da língua de sinais, assim a pergunta seguinte - Qual a forma de comunicação usada por você na sala de aula? - foi respondida durante nossa conversa que foi o da em Libras.

Ao serem questionados com relação ao apoio do intérprete de libras, nas aulas, atinge as suas expectativas no seu processo de escolarização. Dois alunos responderam que sempre, porem um disse que às vezes, pois depende do profissional que foi contratado, de sua habilidade e proficiência

em Libras, pois o governo contrata profissionais com pouquíssima proficiência em Libras, conforme mostra o gráfico abaixo;

Gráfico N° 6 – O apoio do intérprete de libras, nas aulas, atinge as suas expectativas no seu processo de escolarização?



Fonte: Dados do Questionário

O que observa-se portanto, o intérprete não deve ser apenas um mediador, mas um profissional bilíngue, habilitado na interpretação da língua de sinais para a língua portuguesa ou vice-versa. A formação para o contexto da educação bilíngue requer a compreensão do transito por duas línguas, no caso do Brasil: Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa. Deste modo, parece ser fundamental a investigação e a verificação sobre quais meios os tradutores-intérpretes costumam utilizar para lidar com a língua de sinais, com a língua portuguesa e com o conhecimento de uma forma geral, no ato da interpretação em sala de aula, antes de contrata-lo, para fortalecer o desenvolvimento cognitivo dos alunos surdos.

A pergunta seguinte foi a respeito das dificuldades para aprender o que é ensinado em sala da aula juntos com os alunos ouvintes? Quais? Veja as respostas dos mesmos;

Figura N° 7 – dificuldades para aprender o que é ensinado em sala da aula juntos com os alunos ouvintes.

Aluno 1 – S	Minha dificuldade é ler e escrever português, porque não entendo;
Aluno 2 – S	Professora falar rápido, não se português muito difícil;
Aluno 3 – S	Professores nunca usa imagem, só falar e escreve português difícil;

Fonte: Dados do Questionário

Essas dificuldades relatadas pelos alunos surdos são simplesmente pelo fato de não compartilharem a mesma língua o que se observa que a inclusão de alunos Surdos na escola de

ensino regular, não é capaz de trocas simbólicas significativas dos conteúdos propostos para o processo ensino aprendizagem, mas, sim um grande desafio para surdos e ouvintes, professores. A escola universalizada, que atende a todos sem injustiça e com a mesma qualidade ainda é um direito que esta longe de acontecer de fato.

Na pergunta seguinte sobre as atividades tenham adaptação para aprender melhor? E Quais? Os alunos Surdos foram unânimes em diz que sim, mas imagens, fala sem andar pela sala, se dirigirem a eles e não ao interprete, mas atividades visuais.

Ao serem indagados sobre as dificuldades durante sua trajetória de estudante, sofreu preconceito por serem Surdo, eles relataram o bullying por ser Surdos, ter poucos amigos, não sabe escrever e ler o português e na escola não consegue aprender sem a língua de sinais na vida deles.

Por esses fatos, é necessário modificação na escola e o real respeito às diferenças, quer linguísticas, comunicativas, onde os alunos surdos possam ter acesso direto ao professor e as informações e não apenas a intervenção de outro para acessar os conteúdos pedagógicos em sala de aula.

O que precisa se ter em mente é que a língua não serve apenas para se comunicar, serve também como suporte de pensamento, mesmo que você se comunique bem, você precisa ter uma língua estruturada e coesa para permitir não apenas uma comunicação, uma troca de mensagens, mas permitir também a elaboração de ideias, a organização do próprio pensamento e também servir como meio de expressão.

Para se construir um ambiente educacional que realmente atenta às diferenças é necessário criar espaços adequados para que o aluno surdo elabore seus próprios conhecimentos, compartilhe suas dúvidas ou as descobertas, exerça, enfim, sua capacidade de ser cidadão. Esse ambiente só poderá ser construído se foram consideradas as múltiplas possibilidades de apreensão e da elaboração de mundo, de experiência etc.

A quarta entrevista a ser analisado foi com os questionários da interprete que atua no ensino regular da sala inclusiva. A mesma possui graduação em pedagogia e alguns cursos de libras e pós-graduação em educação especial e já vem atuando com interprete de libras há quatro anos nas escolas estaduais.

Ao ser indagada a respeito da participação do aluno Surdo, no dia a dia da sala de aula, você é inquerido a traduzir as dúvidas relacionadas à matéria, a mesma respondeu que depende do aluno Surdo, existe aquele que são bem interessados e fazem questão de compreender o que lhe esta sendo traduzindo e/ou explicados pelos professor, mas existe aquele que pouco participam e ficam esperando as resposta pronta com desinteresse na aprendizagem, dificultando o trabalho dela em sala de aula, pois não respeitam sua presença e em se esforçam para entender os conteúdos.

Durante a entrevista a interprete relatou que, ao ingressar na escola regular hoje o aluno surdo enfrenta seu maior problema: a barreira da comunicação. Assim como os professores regentes não estão preparados para as diferenças principalmente no que diz respeito a língua materna usada pelos alunos Surdos, esses alunos muitas vezes não estão preparados para o modelo inclusivo que temos e essa realidade inclusiva não é condizente com as solicitações do movimento surdo. As salas de aula inclusivas, não estão preparadas para esse trabalho e o tempo não é o mesmo para os que ouvem e os que não ouvem aprenderem juntos, não pela capacidade, mas pela modalidade linguística e desenvolvimento linguístico que apresentam.

Existe uma necessidade de que a escola produza ensino de qualidade para todos, para qual o desafio é aprender a ensinar, por meio da verificação e cumprimento da lei, ou não teremos mudanças de fato e direito. As condições dos professores do ensino regular são de quem não recebe apoio e nem preparo para o trabalho com a diversidade e necessidades educativas especiais e isso pode levar a escola ao fracasso mesmo diante de ações aparentemente corretas.

Ela relata ainda que para o aluno Surdo, é fundamental a presença do intérprete de Libras para mediar a comunicação em sala de aula, mas não é nele que estão centradas as práticas de ensino, nem o processo de ensino aprendizagem do aluno Surdo.

Neste sentido é relevante citar Lacerda (202), quando diz que: Ainda que o intérprete, , participe do todo escolar, possibilitando aprendizagem, é importante que o professor tenha conhecimentos para direcionar, comunicar, planejar e ensinar os estudantes com competência e qualidade.

O interprete de Libras entrevistado ainda relata que, é necessário prover condições para os professores aprenderem e fazerem uso da língua de sinais, de modo que este aluno Surdo tenha direito desde o nascimento de aprender e desenvolver sua língua materna em igualdade de condições com que os ouvintes têm direito as interações primárias.

Na opinião da mesma o maior desafio da escola que se diz inclusiva por imposição da Lei: fazer da integração hoje existente, uma inclusão de fato e direito e não mera aceitação das diferenças que incluem.

A Libras é o meio principal de aquisição do conhecimento, enquanto a língua portuguesa tem fundamentalmente, a função de uma língua escrita, de leitura e também de leitura labial e de fala.

Para que o aluno surdo assimile o conteúdo da disciplina de escolaridade é necessário oferecer a Libras e também a língua portuguesa (quando o aluno adquire autoconfiança e coragem de se expressar defendendo seus pontos de vista, está estabelecido o elo de ligação, entre duas línguas), portanto, em primeiro lugar, o surdo adquire espontaneamente a língua, para desenvolver a linguagem e então ter acesso à língua escrita, que é uma segunda língua.

Para a interprete de Libras, a língua de sinais é essencial na construção da identidade surda é através dela que as experiências e os valores são compreendidos e é a partir da interação social também que o jovem surdo fará, naturalmente, uma relação de identificação em “eu sou como essa outra pessoa”.

Percebe-se hoje que a Libras é um elemento construtivo da identidade surda e instrumento de desenvolvimento linguístico para esta comunidade, comunidade esta que vem ao longo dos anos tentando igualar seus direitos aos ouvintes.

Dentre tantos conflitos, a Libras resistiu porque é a língua natural, viva, própria do surdo, é a necessidade que ele tem de se comunicar sem limitação, só desaparecerá a Língua de Sinais quando o último surdo desaparecer do mundo e enquanto houver surdo sempre haverá Língua de Sinais.

5.1 DISCUSSÃO E RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa aqui relatada se propôs a ampliar as discussões em relação à inclusão de alunos surdos no ensino regular, tendo como ponto de partida informações de professores regentes, alunos ouvintes e alunos surdos das salas inclusivas em escolas da rede pública no estado de Santa Catarina, na cidade de Joinville.

No resultado da pesquisa pode-se perceber que a integração dos alunos surdos está acontecendo parcialmente, nem todos os profissionais estão preparados para essa inclusão. Constatou-se que alguns professores utilizam metodologia diferenciada em sala de aula para alunos surdos, porém, verificou-se que os professores não estão em via de formação continuada preparados para atender alunos surdos provocando dificuldade de comunicação e sua inclusão social com a comunidade escolar.

Parece, portanto, oportuno reproduzir aqui pequeno texto de Tuxi (2009) quando afirma que:

O interprete educacional em diversos momentos se vê com a função de educador promovendo atividades mediadoras que auxiliem na construção de conceitos de aluno surdo. Esse fato ocorre na maioria das vezes, pelo fato de o surdo não possuir um nível linguístico de proficiência em um língua (em particular na língua de sinais), que permita que só com o uso da Libras todo o processo de assimilação do conteúdo apresentado pelo professor regente seja realizado. (TUXI. 2009, p. 99).

Em síntese, compreende-se que, a inclusão de surdos não tem sido mais do que dividir a sala com ouvintes. E que no processo de inclusão cabe à escola se adaptar às condições dos alunos e não os alunos se adaptarem ao modelo da escola.

Pudemos verificar na fala dos professores que a escola não foi e ainda não está preparada para trabalhar com as especificidades dos alunos surdos. Uma vez que os exclui das atividades vivenciadas no processo educativo, negligencia o uso da sua 1ª língua, assim como métodos e recursos visuais de ensino, trazendo muitos prejuízos na aprendizagem destes alunos, obrigando-os a sobreviver numa escola onde reina a cultura oralista, negando inclusive o direito de conviverem com seus pares surdos.

Como foi possível verificar, o direito de frequentar a mesma escola, de fazer parte de um grupo convivendo por igual com todos, oportunizando o aluno com necessidades especiais de participar do ensino regular, foi apontado pelos professores como fatores importantes no ingresso do deficiente auditivo e surdo nas escolas comum.

O que observou é que a maioria dos professores entende que a construção do conhecimento do aluno surdo não ocorre da mesma maneira que o do aluno ouvinte. Saber como ocorre o processo de aquisição do conhecimento do aluno surdo é de fundamental importância para poder desenvolver as suas potencialidades: “observa-se que a pessoa com surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa ouvinte, precisando somente que tenha suas necessidades especiais supridas, visto que o natural do homem é a linguagem” Ministério da educação, SEESP (2003, p.17).

Um ponto positivo da inclusão do aluno Surdo, segundo os professores, é desenvolver o sentimento de igualdade, proporcionando a interação e a inclusão dele como um ser capaz.

A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com necessidade educativas especiais, e ao mesmo tempo facilitar-lhes a integração na sociedade como membros ativos. Mas, para que isto aconteça, é importante que o indivíduo portador de necessidades educativas especiais seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e, principalmente, apto a aprender a aprender Goffredo apud (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SEED 1999, p. 32).

E o ponto negativo da inclusão do aluno Surdo na opinião dos professores, é a timidez dos mesmos e a dificuldade de se comunicar. De acordo com Mantoan (2011) é fundamental que o professor eleva expectativa em relação à capacidade do aluno progredir, e que esteja sempre empenhado em buscar meios que o ajude a superar os obstáculos escolares. A dificuldade de se comunicar pode levar o aluno Surdo a reprimir influenciando na sua aprendizagem.

Outro fator importante também é preparar a equipe da escolar, de uma forma em geral todo o ambiente educacional, a se comunicar com o aluno Surdo, porque todos interagem, desse modo sugeriram cursos para todos, para que possa ter uma maior comunicação com os alunos Surdos e haver a inclusão entre todos.

A pesquisa mostrou que o aluno Surdo encontra-se parcialmente incluído no ensino regular, bem como, constatou-se que os professores da escola pesquisada não estão capacitados em via de

formação continuada para atender aluno Surdo. Eles mostram insatisfação, e despreparo para trabalhar com seus alunos Surdos, sugerindo qualificação adequada para os profissionais da área da educação, matéria específica, e não vivendo o intérprete de libras como parceiro e sim como um intruso, curso para a equipe escolar e para os alunos, mesmo assim a maioria diz utilizar metodologia diferenciada para favorecer a aprendizagem dos seus alunos Surdos, provocando em algumas respostas controversas em seus dizeres.

Portanto, os resultados da pesquisa evidenciam a necessidade de mudança de reforma na formação dos professores, para auxiliá-lo no desenvolvimento das competências necessárias ao processo de ensino aprendizagem dos alunos Surdos; nesse sentido quando a inclusão se der de fato, é que a escola regular será realmente a escola de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo trabalho de conclusão de curso precisa apresentar o que se pretende atingir com a pesquisa, bem com o resultado teórico prático. Esse componente pode, ainda, ser desdobrado em objetivos específicos, através dos quais é possível explicitar maiores detalhes, bem como, identificar as estratégias utilizadas pelo professor e Tradutor/Intérprete de Libras no contexto educacional, como mediadores do conhecimento em sala de aula e suas possibilidades de trabalho em parceria e analisar como acontece o relacionamento no trabalho do Tradutor/Intérprete de Libras e o professor regente; Discutir e refletir sobre as metodologias adotadas em sala de aula;

A realização da pesquisa pretendeu dialogar com as teorias e com a realidade, a fim de perceber o que a prática pode ensinar para realizar novas transformações na busca da melhor maneira de incluir o surdo e compreender o papel do tradutor/intérprete de Libras para o acesso do conhecimento e emancipação do surdo.

Por esses e outros sérios entraves, nossos caminhos educacionais estão se abrindo, a custa de muito esforço e da perseverança de alguns, diante da resistência de muitos. Estamos sempre travados por uma ou outra situação que impedem o desenvolvimento de iniciativas visando à adoção de posições/medidas inovadoras para a escolarização de alunos com e sem deficiência, nas escolas comuns de ensino regular e nas que oferecem serviços educacionais especializados.

Em relação às mudanças para que todos aprendam, foram apresentadas as seguintes: o respeito; a sugestão de que poderia ter uma aula uma vez por semana de Libras; ter sempre um

tradutor de Libras na sala de aula e material didático para alunos especiais; mais tecnologia e aula de reforço para todos os alunos; maior disciplina por parte dos alunos para que a comunicação entre intérprete e aluno surdo seja eficiente e que é necessário ter sempre um auxiliar em sala de aula, não apenas para alunos surdos, mas também para alunos com outras necessidades, bem como, para os próprios alunos ouvintes que possuem alguma dificuldade de aprendizado.

Sem dúvida, o que se encontra nas salas de aulas inclusivas para alunos surdos é um tradutor-intérprete que atua como educador e transmissor de conhecimento, atuando ao mesmo tempo, como mediador. Mas função do tradutor-intérprete é de se colocar como elo entre o aluno surdo – professor regente e o conhecimento para que, dessa forma, o aluno surdo aprenda: a pensar e a questionar por si mesmo e não simplesmente receber de forma passiva o conhecimento que lhe é transmitido no ato da tradução/interpretação oferecida em sala de aula.

Pensando na garantia de igualdade as oportunidades dos alunos surdos, são necessários tradutores/intérpretes de língua de sinais em diversos contextos, tais como, na área educacional, na área da saúde, em comércios, na área jurídica, área religiosa, ou seja, em vários segmentos da nossa sociedade. Uma tradução/interpretação de qualidade pode ser de extrema importância para garantir a inclusão escolar e social, dos surdos. Para prevenir escolhas dos léxicos de forma mal sucedida no ato de traduzir/interpretar os conteúdos das disciplinas e para evitar que uma comunicação equivocada entre professor regente e alunos surdo sendo um obstáculo intransponível. Por outra parte, a atuação do tradutor/intérprete não é apenas benéfica para os alunos surdos, e sim, principalmente, para o ambiente educacional em seu conjunto e evolução.

A mudança na educação de surdos implica alteração de padrões culturais, o que na educação se torna mais difícil por ser extremamente engessado. É fato que a educação de surdos está imersa no contexto atual, mas é verdade também que nunca teve uma oportunidade tão grande de se transformar e de provocar mudanças nos indivíduos surdos, ou seja, nas organizações que os atendem.

Assim, diante da complexidade das mudanças contextuais, há muitos pontos críticos que se apresentam à reflexão na educação dos surdos, nos quais se inclui a formação de educadores e gestores, porque só através destes e dos demais profissionais da educação, as mudanças ocorreram de fato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBRES, N. A. **Libras em estudo: ensino-aprendizagem**. São Paulo: FENEIS, 2012.
- _____. NEVES, Sylvia Lia Grespan. **Libras em estudo: política educacional**. – São Paulo: FENEIS, 2013.
- _____. **Intérprete educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.
- ABNT. **Acessibilidade em comunicação na televisão**. Accessibility in TV captions. Norma Brasileira ABNT NBR 15290.2005
- BRASIL, Decreto 5.626 de Dezembro 2.005. Regulamenta a Lei nº10.436 de Abril de 2.002. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
- ECO, U. **Quase a mesma coisa**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GIL, M. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** / Marta Gil, coordenação; texto de apresentação do Prof. Hubert Alquéres. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ashoka Brasil, 2005.
- GOLDFELD. M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.
- LACERDA, C.B.F.; GOES, M.R.C. (orgs.), **Surdez processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.
- LACERDA, C.B.F.; ALBRES, N.A.; DRAGO, S. L.S. **Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo**. Educ. Pesqui., São Paulo , v. 39, n. 1, p. 65-80, Mar. 2013 . Disponível em . Acessado em: 30 nov. 2018.
- LEI N.º 10.098 de 23 de março de 1994. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- LEI Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
- LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
- MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.
- MEC, SEESP. **Saberes e práticas da Inclusão: dificuldade de comunicação e sinalização: surdez** – 2. ed. ver. –Brasília: MEC, Secretaria de Educação especial - SEESP, Brasília: 2003.
- PAULON, S.M. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.